A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA

FUNÇÕES RESUMO, CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIA

NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES

EROTILDE GORETI PEZATTI

A relação conclusiva na língua portuguesa

NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES
EROTILDE GORETI PEZATTI

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA

FUNÇÕES RESUMO, CONCLUSÃO E CONSEQUÊNCIA

Agradecimentos

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (Unesp/São José do Rio Preto), pelas contribuições ao longo do desenvolvimento do trabalho.

À Capes, pelo fomento a esta pesquisa.

Rios sem discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto

SUMÁRIO

Lista de figuras e quadros

Introdução

É notória e consensual a relevância das palavras que compõem a classe tradicionalmente denominada "conjunções", que tem como uma das funções o importante papel de relacionar elementos em um texto, sejam sintagmas ou orações.

Na contramão dessa visão de que a conjunção é, em muitas línguas, um elemento fundamental na construção de textos, encontra-se, na maioria das gramáticas e materiais didáticos, uma apresentação um tanto reduzida ou circular desses itens. A descrição, em grande parte das vezes, se atém à classificação quanto aos aspectos sintáticos (processos de coordenação ou subordinação) ou semânticos (aditivas, conclusivas, consecutivas, adversativas, temporais, concessivas etc.). Não raro, afirma-se que, por exemplo, uma oração coordenada conclusiva é aquela introduzida por uma conjunção conclusiva, evidenciando uma explicação tautológica. Dessa forma, o funcionamento desses elementos relacionais parece algo improdutivo, já que não contribui para uma reflexão de seu funcionamento na construção do discurso.

Além disso, especificamente a respeito da relação conclusiva, há muitas divergências nos estudos de articulação textual. Uma delas refere-se às unidades linguísticas que podem ser relacionadas, como termos, orações ou porções textuais maiores. Outra, aos processos sintáticos de formação do período: coordenação ou subordinação. A denominação do elemento juntor, conjunção ou advérbio, conector etc. também constitui um aspecto de divergência entre os estudiosos, bem como o conjunto de itens linguísticos considerados para estabelecer a relação conclusiva.

Muitos estudos consideram os aspectos sintáticos, mediados ou não pela pragmática, em análises com precisão e propriedade, sem considerar, porém, a interação entre os diferentes níveis de análise linguística (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico). Uma descrição mais completa engloba não somente a análise desses níveis, mas também a relação existente entre eles, o que pode trazer explicações mais satisfatórias para o estudo de elementos que estabelecem relações entre partes do texto. É a isso que se propõe esta pesquisa ao investigar esses aspectos, procurando propiciar uma descrição adequada da relação conclusiva no português.

Esse é o objetivo principal desta obra: analisar a relação conclusiva em dados de língua falada nos países lusófonos. Especificamente, investigam-se as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas da relação conclusiva que se estabelece por meio de conjunções simples no português oral. A análise valoriza não apenas aspectos formais do processo (notadamente os morfossintáticos), mas principalmente os aspectos pragmáticos e semânticos atrelados à relação conclusiva. Para tanto, utiliza o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF) de Hengevel e Mackenzie (2008).

Tal modelo teórico privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. A GDF propõe que o componente gramatical está organizado em quatro níveis – pragmático, semântico, morfossintático e fonológico –, que se apresentam como autônomos por contarem com categorias próprias, mas interdependentes, em razão da possibilidade de motivações semânticas e pragmáticas determinarem a codificação morfossintática e fonológica. Dessa forma, a GDF se apresenta como um modelo adequado, visto que aqui procuramos as motivações pragmáticas e semânticas para a construção da relação conclusiva.

O universo de investigação do fenômeno é constituído pelo *corpus* "Português oral", desenvolvido no âmbito do Projeto "Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais", em parceria entre o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence Aix-Marseille I. O resultado é um *corpus* com amostras das variedades do português falado nos países lusófonos: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.[1] As gravações abrangem o período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década. No total, são 86 gravações, com 8h44 de gravação e 91.966 palavras gráficas. Os inquéritos foram obtidos em diversas situações,

1. Disponível em http://W.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php

tanto em conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, como em contextos mais formais, como programas radiofônicos, por exemplo. Os informantes são sociolinguisticamente diversificados e têm o português como língua materna ou como segunda língua. Trata-se de um *corpus* de língua falada que possibilita o alcance do objetivo proposto – descrever a relação conclusiva no português, sem, no entanto, visar à comparação entre as variedades portuguesas.

A obra é composta de quatro capítulos. No primeiro, são apresentadas as discussões resultantes dos principais estudos teóricos sobre a relação conclusiva, partindo de gramáticas brasileiras e portuguesas, seguidas dos estudos linguísticos contemporâneos; no segundo capítulo, encontra-se uma síntese do modelo teórico adotado para o estudo, a GDF; no capítulo 3, a partir do ponto de vista da GDF, conceitua-se a relação conclusiva, com uma proposta que apresenta três subtipos, aqui denominados Consequência, Conclusão e Resumo; por fim, no capítulo 4 caracteriza-se a relação conclusiva, mostrando as propriedades de cada um dos subtipos no português, em relação aos níveis e camadas propostos pelo modelo teórico. No fechamento da obra, as Considerações Finais.

I

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA: AVANÇOS E LIMITES

O processo de articulação oracional e textual é objeto de pesquisa na área de estudos linguísticos, sendo o foco da grande maioria a descrição de características sintático-semânticas das formas linguísticas que estabelecem articulação entre partes do texto. Alguns estudos consideram aspectos pragmáticos na análise dos articuladores textuais, mas sem levar em conta a interação entre os diferentes níveis de análise linguística (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico), o que conduz a uma visão mais restrita do objeto em discussão.

Especificamente quanto à relação conclusiva, há várias estratégias para se construir essa relação. A introdução de uma conclusão, em sentido geral, pode ser feita por meio de alguns verbos (*finalizando, concluindo*), pela simples ligação interparágrafos estabelecida por relações semânticas ou ainda por elementos denominados tradicionalmente de "conjunções conclusivas".

Defendi (2013), em investigação que demonstra um avanço quanto aos estudos da tradição gramatical, aponta vários itens linguísticos usados para mostrar a relação conclusiva entre porções textuais em textos do tipo dissertativo-argumentativo, tais como *dessa forma, de acordo com isso, sendo assim, em vista dos argumentos apresentados, em virtude do que foi mencionado, assim, levando-se em conta o que foi observado, por todas estas ideias apresentadas, tendo em vista os aspectos observados, por tudo isso, dado o exposto* etc. Trata-se de casos de conclusão no sentido de finalizar um processo de interação, com uso de elementos linguísticos que sinalizam encaminhamento de final de texto, denominados pela autora "marcadores de conclusão textual". O exemplo a seguir mostra um uso de *portanto* usado para finalizar a interação:

(01) Mas esse cenário mudou pós teoria física da indeterminação de Heisenberg, e com o surgimento de filósofos fenomenólogos-existencialistas, eles descreveram de outra forma os valores humanos nas ciências. Pensadores como Jean Paul Sartre e Maurice Merleau Ponty trouxeram à tona que o mundo natural (que a ciência explica) é incompatível com o mundo sensorial (aquele que interpretamos), por exemplo, ao ver um tijolo, os olhos não enxergam moléculas de silício e calcário que compõem o bloco, ao ver um limão não se vê apenas o verde, mas a forma, o cheiro e a textura dele, não atributos vegetais desprovidos de um significado sentimental. **Portanto** o homem não deve deixar a ciência negar sua condição de existência; mesmo ao pesquisador, cada um põe um significado atrelado àquilo que sente. É por isso que ao ver um mesmo quadro em dias distintos, alguém pode gostar num dia daquele, noutro achar feio.
Portanto os sentidos não são o limite do ser humano, como acreditavam muitos racionalistas, senão que, fazem parte de sua identificação como ser humano no mundo (Defendi, 2013, p.34).

De acordo com a autora, o uso de *portanto* no último parágrafo tem a função de encerrar o texto com o posicionamento do autor em relação à tese apresentada ("os sentidos não são o limite do ser humano"), enquanto o uso no parágrafo anterior mostra a conclusão do autor do texto ("o homem não deve deixar a ciência negar sua condição de existência") com as perspectivas filosóficas de Sartre e Ponty. Em resumo, para a autora, ambos são usos conclusivos, mas um serve para articulação de ideias/orações enquanto o outro tem a função de finalizar um texto, discussão que representa um avanço na descrição da relação conclusiva. Há que se esclarecer que a autora estuda redações de vestibulandos, que são textos escritos, diferentemente do *corpus* aqui adotado, sobretudo porque tal gênero textual tem em sua estrutura uma conclusão no sentido de encerramento do texto.

Além desses elementos conclusivos lexicalizados, a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem haver explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas, de acordo com Lopes (2008), como exemplificam (02) e (03):

(02) A terra secou **porque** não choveu durante todo o ano. (Lopes, 2008, p.63)
(03) A terra secou. Não choveu durante todo o ano. (Idem, ibidem)

Segundo a autora, os exemplos ilustram uma conexão causal, tanto a versão com o conector *porque* quanto a que não contém esse elemento. No entanto, sem

conhecer (02), pode-se estabelecer uma relação conclusiva para (03), como em (03a), em que, com base na premissa de que [a terra secou], pode-se concluir que [não choveu durante todo o ano]:

(03a) A terra secou, **portanto** não choveu durante todo o ano.

A mesma opinião é compartilhada por Guimarães (2001), que propõe que tanto a segunda oração de (04) como a de (05) têm sentido conclusivo, o que também pode ser questionado se não se conhece a construção com o conector:

(04) É claro que ele joga bem. É brasileiro. (Guimarães, 2001, p.150)
(05) Ele é brasileiro, **logo** joga bem. (Idem, ibidem)

Dessa forma, percebe-se que a ausência do elemento que estabelece a ligação pode levar a ambiguidades ou mesmo à falta de clareza quanto ao sentido pretendido, o que não é o alvo de discussão nesta obra.

De acordo com Morais (2006), em uma visão cognitivista, elementos como *então*, *logo* e *portanto*, quando presentes entre porções textuais, dão maior visibilidade à relação discursiva a ser entendida pelo leitor/ouvinte, o que implicaria redução do esforço de processamento cognitivo. Isso mostra a relevância de um estudo dos casos de codificação gramatical na língua, sem considerar, obviamente, que a não codificação gramatical caracterize um problema que não deva ser analisado.

Este estudo abarca apenas o terceiro tipo mencionado, ou seja, aquele em que elementos denominados "conjunções conclusivas" ligam porções textuais, como exemplificado em (02) e (03).

1.1 As conjunções conclusivas

As gramáticas, de modo geral, apontam um rol bastante comum de elementos classificados como elementos que estabelecem a relação conclusiva: *logo*, *portanto*, *por isso*, *assim*, *então*, *e*, *pois* (posposto ao verbo).

No entanto, quanto à nomeação do elemento juntor, a literatura revela variação entre os autores, assim como na caracterização do processo de articulação e na própria definição de relação conclusiva.

Barbosa (1881) considera o elemento juntor como uma conjunção, que, no processo, tem a função de exprimir relações de nexo e ordem entre as orações para estabelecer sentido. Algumas determinam relações de nexo (similares), apenas para ligação entre as orações, enquanto outras, nexo e ordem (dissimilares). Para o

autor, as conjunções conclusivas são do segundo tipo, pois, além de estabelecerem nexo, exigem certa ordem, ligando as proposições pela razão que umas têm como conclusões para outras premissas. A ordem à qual ele se refere é a de que a premissa vem sempre antes da conclusão, como atestado pelo exemplo (06):

(06) Deus é justo **logo** recompensa a virtude. (Barbosa,1881, p.245)

Para Barbosa, a conjunção *logo,* além de ligar as duas orações, estabelece uma ordem que gera o sentido conclusivo: do fato de Deus ser justo, conclui-se que Ele recompensa a virtude.

A grande maioria dos gramáticos atribui à conjunção o papel de unir duas orações, pensamentos, ideias, constituindo uma relação entre duas orações ou dois termos, de forma dependente ou independente. Especificamente no que toca às conjunções conclusivas, há quase um consenso entre os autores: é definida como uma conjunção que denota conclusão, em relação de independência, como no exemplo (07):

(07) Teu carro já está velho; **logo**, não pode subir a serra. (Rocha Lima, 1956, p.161)

Como apontado pelo gramático, "não pode subir a serra" seria tomado como uma conclusão a partir da premissa "teu carro já está velho", relação estabelecida pela conjunção *logo,* sem que haja dependência de uma das orações. A mesma classificação como conjunção é dada por Kury (1993) e Cunha e Cintra (1985).

Bechara (2009) discorda dessa denominação e afirma que, nas construções conclusivas, os elementos juntores são advérbios, pois marcam relações textuais, sem o papel de conectar orações. Já Azeredo et al. (2009) e Amorim e Sousa (2009), gramáticos portugueses, consideram apenas *logo* como conjunção e as demais formas (*portanto, assim, por conseguinte, por isso* e *assim*) como advérbios conectivos.

Neves (1985) afirma que essa oscilação na classificação desses elementos como advérbios ou conjunções indica um estágio de transição desses itens, uns mais próximos e outros mais distantes da plena gramaticalização. A autora explica que partículas adverbiais são fontes de elementos coordenativos e os limites entre um papel semântico-discursivo e um papel basicamente relacional são bastante fluidos, tanto que muitas gramáticas arrolam como conjunções determinados elementos que não têm esse estatuto, como é o caso dos elementos conclusivos, em consonância como a posição de Bechara (2009).

De acordo com a linguista, elementos como *portanto*, *por conseguinte*, *então* (= em consequência) indicam conclusão e "pertencem à classe dos advérbios que operam conjunção de orações, advérbios juntivos, de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou sintagma anterior" (Neves, 2010, p.241), como em (08):

(08) Os ruídos matinais estavam, nessa manhã, diferentes e **portanto** perturbadores. (Neves, 2010, p.241)

Koch (1990) considera que a conexão pode ocorrer com conectores de tipo lógico e encadeadores de tipo discursivo. Os primeiros estabelecem relações lógicas entre proposições em que um enunciado resulta de um único ato de fala (relações de condicionalidade e de causalidade, por exemplo). Já os encadeadores de discurso realizam o encadeamento sucessivo de enunciados, dando-lhes uma orientação discursiva e estruturando-os em texto, resultando em atos de fala diferentes. A autora considera que os elementos que estabelecem relação conclusiva são do segundo tipo, subclassificados como operadores argumentativos, responsáveis pela orientação discursiva dos enunciados encadeados. De acordo com a autora, operadores conclusivos introduzem um enunciado de valor conclusivo em relação a dois atos de fala anteriores, um dos quais geralmente fica implícito, como no exemplo (09):

(09) José é indiscutivelmente honesto. **Portanto/logo/por conseguinte/então**, é a pessoa indicada para assumir o cargo de tesoureiro. (Koch, 1990, p.92)

Para a autora, a conclusão "é a pessoa indicada para assumir o cargo de tesoureiro" é obtida por meios de dois argumentos: o ato de fala "José é indiscutivelmente honesto", que é a premissa maior, e o ato de fala "As pessoas honestas são indicadas para o cargo de tesoureiro", a premissa menor.

Pezatti (2001), ao tratar dos elementos que estabelecem a relação conclusiva, afirma que *logo* é o conector prototípico, por estar menos sujeito a outros usos conectivos que não a expressão exclusiva de valor conclusivo e por apresentar algumas propriedades que funcionam como conjunções por excelência: tem posição fixa no início da sentença (10a), sendo duvidoso o caso de (10b); não pode concorrer com as verdadeiras conjunções coordenativas como *e*, *mas* e *ou* (10c); coordena termos, além de orações (10d); não permite focalização, seja por meio de clivagem, seja por meio de advérbios focalizadores como *só*, *mesmo*, *principalmente* etc. (10e):

(10) a. O narciso é uma flor, **logo** pertence ao reino vegetal.
b. *O narciso é uma flor, pertence, **logo**, ao reino vegetal.
c. *O narciso é uma flor, **e logo** pertence ao reino vegetal.
d. Você está sentindo a sua emoção, daí ser mais fidedigno, **logo** mais verdadeiro.
e. *O narciso é uma flor, é **logo** que pertence ao reino vegetal.

A partir desses critérios, além de considerar que *logo* é a conjunção conclusiva prototípica, Pezatti (2001) propõe que as formas *portanto*, *por isso* e *então* ainda não completaram o processo de gramaticalização no português falado no Brasil, sob a alegação de que tais elementos podem se deslocar para várias partes da oração que introduzem, o que confirma a natureza adverbial que ainda manifestam, em oposição ao protótipo conclusivo, que possui natureza mais gramatical, dentre outros aspectos. De acordo com a autora, *portanto*, em alguns casos, admite ser introduzido pela conjunção *e*; já a forma *então* não tem posição fixa – pode ser antecedida por *e*, não coordena termos, não aceita restritores nem clivagem; *por isso*, em alguns casos, exerce a função de satélite de causa, com valor circunstancial e não de conjunção, além de nem sempre permitir a alternância com *logo* e, na maioria dos casos, haver a possibilidade de ser antecedido por *e*; sobretudo caminha na direção de um valor explicativo, "já que é empregado para justificar estados de coisas e atos de fala" (Pezatti,1999, p.31).

Em estudo posterior, a autora afirma que *então* ainda não se gramaticalizou como conjunção, pois, além de não ter posição fixa e não coordenar termos, mantém o sentido anafórico. De acordo com a autora, pode ser usado para estabelecer uma consequência factual, em uma relação objetiva entre fatos que existem no mundo (*dictum*), ou uma conclusão do falante, com valor argumentativo (*modus*) (Pezatti, 2002, p.191).

Com relação a *logo*, a posição de Pezatti é semelhante à de Neves (1985), que afirma que o elemento conclusivo *logo* é o que está em estágio mais avançado de gramaticalização, pois tem o comportamento próximo ao de uma conjunção coordenativa.

Longhin-Thomazi (2006), em estudo diacrônico desse elemento, acredita que *logo* ainda guarda a característica de advérbio, já que há, em uso conjuntivo, "um movimento de retroação, a partir do qual o falante/escritor retoma o conteúdo anterior e então introduz uma conclusão" (Longhin-Thomazi, 2006, p.69). Essa autora conclui que, nos estágios de transição de *logo* como advérbio temporal para conjunção, houve aumento de informação pragmática, com construção de significado que depende de estratégias de caráter inferencial. Infere que *logo* guarda ainda traços do

valor temporal existente no advérbio, por isso o uso aponta, assim como no traço temporal, uma posterioridade, ou seja, uma conclusão que é posta depois de uma afirmação, algo que vem depois no discurso, no caso, na forma de uma conclusão. Nos dizeres da autora,

> A alteração de sentido aponta para abstratização e pragmatização crescentes do significado: a posterioridade temporal de *logo* passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso: aquilo que vem depois no tempo foi projetado para designar aquilo que vem depois no discurso, a saber, um efeito ou uma conclusão (Longhin-Thomazi, 2006, p.70).

Defendi (2013), ao analisar a etimologia de *portanto*, afirma que esse elemento é formado pela preposição *por* e pelo advérbio *tanto*, que traz a ideia de "por tanta quantidade" expressa anteriormente. Metaforicamente, essa ideia de "por tanta quantidade" foi vinculada a "por tanto que foi dito" e assim ligou-se à retroação textual, passando a expressar também noções consequencial e conclusiva. Dessa forma, o elemento faz o leitor recuar no texto para resgatar uma informação ou então sinaliza o final de um raciocínio lógico apresentado no texto. A foricidade desse elemento é apontada pela autora em três aspectos: razões semântico-sintáticas (correlação entre duas direções de apoio referencial: o de retomada e o de encaminhamento seguinte), razões textuais (relação lógica entre o que já foi dito com o que se vai dizer); relações discursivo-pragmáticas (inferir sobre o que é informação compartilhada e sobre sua intenção no final do texto) (Defendi, 2013, p.177).

Com base em Dik (1997), Novaes (2001; 2009), ao analisar a multifuncionalidade de *portanto*, considera que esse elemento, em função conclusiva, constitui um conector, um instrumento linguístico usado para criar coerência no discurso com o papel primário de ligar orações precedentes a uma nova oração e, simultaneamente, especificar a relação semântica e pragmática entre esses elementos articulados. Conclui a autora que tal elemento, ao estabelecer uma relação conclusiva, faz ligação entre textos, ou seja, liga orações precedentes à nova oração, determinando uma relação semântica de conclusão, como se pode verificar no exemplo (11):

(11) O doente é uma fonte de informação fundamental. Se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário. **Portanto**, é a abertura ao doente e essa capacidade de comunicar que são essenciais. (Novaes, 2009, p.333)

Para a autora, *portanto* estabelece coerência, ligando as orações "se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário" à nova oração "é a abertura ao doente e essa capacidade de comunicar que são essenciais", conforme o esquema: *Oração(ões) precedente(s). Conector, Nova oração*, ao mesmo tempo que especifica a relação semântica pragmática de conclusão. O elemento conector indica que se deve entender a nova oração como conclusão a respeito do que foi dito anteriormente por meio de um raciocínio inferencial: o falante caracteriza o doente como fonte de informação para então conduzir à conclusão de que é essencial valorizar a abertura ao doente e sua capacidade de comunicação.

A relação conclusiva, nesse caso, ocorre no domínio epistêmico (Sweetser, 1991), já que *portanto* expressa a ideia de que o julgamento da verdade da primeira afirmação leva à crença relatada na segunda (Novaes, 2009). Não se pode perceber uma lógica inerente às duas afirmações, mas uma relação em que uma dada situação leva a uma determinada conclusão. Também não é possível afirmar que pertença ao domínio de conteúdo (Sweetser, 1991), pois o falante não pretende apenas relacionar conteúdos e assim informar que um fato implica outro fato.

Percebe-se, dessa maneira, que a classificação do termo que estabelece a relação conclusiva ainda não é consensual entre gramáticos e linguistas contemporâneos, visto que alguns consideram que nem todos os elementos citados se enquadram na categoria das conjunções propriamente ditas e outros ainda atribuem diferentes denominações. O quadro a seguir ilustra as diferentes denominações encontradas:

Quadro 1.1 – Variação na denominação do elemento juntor na relação conclusiva

Elemento	*Conjunção*	*Advérbio*	*Conector*	*Operador argumentativo*	*Marcador discursivo*
Logo	x			x	
Portanto	x	x	x	x	
Então	x	x	x	x	x
Pois	x				
Por isso	x	x			
Assim	x				

A denominação como conjunção predomina na maioria dos gramáticos, enquanto para alguns linguistas apenas *logo* é conjunção, e *portanto, então, pois, por isso* e *assim* são considerados advérbios, a caminho da gramaticalização como

conjunção (Pezatti, 2001; Neves, 1985). As demais classificações, menos recorrentes, parecem estar mais relacionadas ao modelo teórico adotado, por exemplo, teorias que trabalham com argumentação (Koch, 1990, é uma delas), que denominam, coerentemente, o elemento juntor como operador argumentativo.

No entanto, apesar das diferentes nomenclaturas, a ordenação da oração que introduz a conclusão é o único critério comum a todos os autores mencionados, ao afirmarem que a conjunção/advérbio/conector/operador encontra-se na oração que segue a primeira.

1.2 A articulação da relação conclusiva

Outro ponto de divergência no tratamento das relações conclusivas diz respeito ao processo de articulação das orações que compõem essa relação.

Aqui, vale lembrar Decat (1999):

> A trajetória dos estudos gramaticais tradicionais (linguísticos) costuma ser marcada pela utilização da dicotomia coordenação/subordinação na tarefa de descrever e definir os processos de articulação (ou combinação) de cláusulas. Entretanto, é por demais conhecida a insuficiência dos tratamentos tradicionais para dar conta de casos considerados limítrofes, ou mesmo daqueles que aparentemente não oferecem qualquer problema para a análise (Decat, 1999, p.300).

A autora chama a atenção para o fato de esses dois processos não serem suficientes para explicar as várias possibilidades de uso da língua, como tentam fazer as gramáticas tradicionais e mesmo alguns estudos contemporâneos. No entanto, para os estudos sobre a relação conclusiva, apenas essas duas possibilidades de articulação foram encontradas, sem qualquer trabalho que discutisse casos de parataxe ou hipotaxe, por exemplo.

Tradicionalmente, a gramática considera os processos de articulação textual como uma relação dicotômica de dependência ou independência. Nessa perspectiva, a relação conclusiva enquadra-se no processo de construção de orações tomadas como independentes entre si. Segundo Cunha e Cintra (1985, p.566), por exemplo, a conjunção coordenativa liga elementos independentes, enquanto a subordinativa indica que há uma dependência de um termo da oração a outro, como em (12) e (13), em que *e* é conjunção coordenativa, pois há independência entre as duas orações articuladas, e *depois* é subordinativa, já que haveria dependência de uma das orações.

(12) Ouvi primeiro **e** depois falai por derradeiro. (Cunha; Cintra, 1985, p.565)
(13) **Depois** que tiveres estudado, podes trabalhar (Cunha; Cintra, 1985, p.566)

A relação de dependência/independência de que falam os autores não é tratada com muita clareza no caso das orações coordenadas. No nível estrutural, as orações realmente se apresentam como independentes; porém, se cada oração for tomada isoladamente, o período perde o sentido do conjunto. Pode-se então afirmar que, semanticamente, as orações apresentam dependência.

No tocante às orações conclusivas, Cunha e Cintra (1985, p.566) afirmam que as conjunções conclusivas servem para ligar uma oração a uma anterior que exprime conclusão ou consequência em uma relação de coordenação, como em (14):

(14) Nas duas frases a experiência é a mesma. Na primeira não instrui, **logo** prejudica. (Almada Negreiros, NG, 150) (Cunha; Cintra, 1985, p.567)

É essa a posição de Koch e Silva (2001), para quem, na coordenação, as orações são estruturalmente independentes, porém o fato de estarem combinadas faz estabelecer entre elas um vínculo semântico que acarreta alterações no sentido de cada frase, se forem apresentadas separadamente. Observe-se um exemplo das autoras:

(15) Não preenchia as condições necessárias, **portanto** não foi admitida para o cargo. (Koch; Silva, 2001, p.125)

Em (15), a intenção do interlocutor quando constrói uma estrutura coordenada é combinar orações a fim de criar entre elas determinado tipo de relação significativa, estabelecendo uma dependência semântica.

Essa relação também é considerada por Mira Mateus et al. (1986, p.459), que enquadram a relação conclusiva no processo de subordinação semântica, pois defendem que é um tipo de junção em que há entre as frases uma relação hierárquica de dependência semântica. No entanto, consideram que se trata de estruturas de coordenação, porque a ordem das proposições não pode ser invertida (*portanto* B, A). Assim, os conectores conclusivos são, para as autoras, subordinadores do ponto de vista semântico, mas coordenadores do ponto de vista sintático.

As autoras explicam que o processo de sequencialização formador de orações conclusivas é um caso de condição-consequência, de acordo com o esquema *A, portanto B*, em que o antecedente exprime uma condição suficiente para que se verifique o consequente. Dessa forma, argumentam que, na verdade, há um

nexo de causalidade, que pode ser expresso pelos conectores *e, pois, portanto, por conseguinte, por consequência, por isso*. O exemplo (16) ilustra esse caso:

(16) Não choveu em Portugal em 1981, **por isso** houve seca. (Mira Mateus et al., 1986, p.300)

Segundo as autoras, trata-se de uma relação condicional conclusiva em que a proposição B "por isso houve seca" é uma consequência da condição proposta em A "Não choveu em Portugal em 1981", ordenadas no tempo em uma sequência lógica, revelando uma relação hierárquica em que há dependência semântica entre as proposições para a interpretação do significado (sem A não se pode concluir B).

Como se pode perceber, há bastante divergência quanto à classificação do processo de construção do período, mas os autores admitem que há, de alguma forma, uma relação de dependência entre as orações.

Borba (1984) propõe que a distinção entre os processos de coordenação e subordinação do ponto de vista semântico é bastante complexa e sugere que se leve em conta apenas o critério sintático. O autor classifica as construções conclusivas como subordinadas, pois há interdependência entre as ideias.

A mesma classificação é dada por Garcia (1982), que considera a oração conclusiva um caso de subordinação, mas a partir do critério sintático, pois acredita que há mútua dependência, e do semântico, já que as orações são interligadas em razão da afinidade semântica entre motivo e causa. Na concepção desse autor, na subordinação há um processo de hierarquização, em que uma oração é parte da outra e exerce nela uma função, e assim o enlace é muito mais estreito do que na coordenação. Em resumo, como observado, há divergências quanto ao processo de articulação, abrindo-se espaço para uma análise que contemple esse fenômeno.

Da mesma forma, há ainda diferentes pontos de vista quanto à extensão da unidade sintática que contém a conclusão. As gramáticas tradicionais são unânimes em considerar que a conjunção conclusiva liga orações. No entanto, Neves (2010) propõe que há ainda a possibilidade de ligação entre termos, como em (17):

(17) Os ruídos matinais estavam, nessa manhã, diferentes e portanto perturbadores. (Neves, 2010, p.241)

Novaes (2001, 2009), em estudo sobre *portanto*, afirma que essa forma pode articular termos, mas não com função conclusiva. Para a autora, em casos assim, a função do elemento é a de reformulador de termos, como na ocorrência a seguir:

(18) Eu pesco com dois colegas meus, mais ou menos da mesma idade, que um pesca com iscos vivos, **portanto** a minhoca, no caso, não é, e outro pesca à pluma, ou seja, a mosca artificial. (Novaes, 2001, p.85)

Em (18), *portanto* estabelece uma relação de esclarecimento entre o termo "iscos vivos" e "a minhoca", o que, para Hilgert (1996, p.132, apud Novaes, 2001, p.85), corresponde a uma paráfrase, ou seja, um enunciado que reformula um enunciado anterior, com o qual mantém uma relação de equivalência semântica, seja para especificar, como observado em (18), seja para esclarecer, em (19):

(19) então o tecido subcutâneo...abaixo da pele **portanto**...nós vamos encontrar os elementos vasculares de::.../ hormônios responsáveis pela...vasc/...irrigação...e pela inervação da glândula (PB falado-EF-SSA-49:68) (Novaes, 2001, p.85)

Nessa ocorrência, "tecido subcutâneo" é equivalente a "abaixo da pele", em que o falante objetiva esclarecer o significado de um termo técnico. Há ainda o caso de (20), em que o falante traça uma espécie de gradação por meio de orações infinitivas e, por fim, reformula o termo "fidedigno" usando *portanto*.

(20) mas quando você coloca... não é? nos seus dados... ALGO que... vai medir a sua:... energia... então na realidade através das emoções que você está tendo naquela ocasião... é lógico... que... não vai levar em consideração... que você diga que é... desse jei:to... ou daquela maneira mas sim o que realmente você está sentindo a sua emoção... daí ser mais... rigoroso... ser mais sério... ser mais fidedigno... **portanto** mais... verdadeiro... mas nem sempre se co/ podemos colocar:... não é? (PB falado – EF- RE-337:51) (Novaes, 2001, p.85)

Em todos esses casos, a autora argumenta que não há conclusão, mas uma reformulação que tem a finalidade de garantir a intercompreensão, seja esclarecendo o sentido ou direcionando a compreensão de um termo segundo suas intenções interacionais. Em consonância com a visão da autora, casos de conjunções entre termos não são aqui tratados, por não serem considerados casos de estabelecimento de relação conclusiva.

De forma oposta à visão das gramáticas tradicionais, Peres (1997) argumenta que a forma *portanto*, como operador de conexão, dá origem a textos não frásicos, não se podendo então, contrariamente ao que afirma a gramática tradicional, dizer que essa forma liga duas orações, por isso não são conjunções; para o autor, essa forma une porções maiores que a frase. Dik (1997), como já descrito, considera que

conectores podem ligar duas orações entre si, mas afirma que também pode vincular a oração que segue a uma unidade discursiva maior que lhe é precedente, de acordo com o seguinte esquema: *Oração(ões) precedente(s). Conector, Nova oração.*

A esse respeito, Ducrot (2009) acredita que a relação de conclusão pode se dar entre proposições sintáticas ou entre sequências de proposições, como parágrafos, enquanto Guimarães (2001) propõe que seja até entre parágrafos, como em (21), ou mesmo entre capítulos:

(21) Apesar da proeza conseguida pelo comitê organizador dos jogos de Los Angeles, que, via iniciativa privada, pôs de pé uma Olimpíada por pouco mais de 500 milhões de dólares, a realidade de espetáculos grandiloquentes patrocinados por governos tende mais ao exemplo soviético: em 1980, a URSS gastou na montagem de XXII Olimpíada nada menos que 8 bilhões de dólares, quase tanto quanto o Produto Nacional Bruto de um País como o Uruguai.
O boicote americano, **portanto**, doeu. Mas naturalmente não é a única explicação para a atitude do Kremlin na semana passada. (Guimarães, 2001, p.151)

Em síntese, os estudos apontam que termos, frases, parágrafos e mesmo capítulos podem constituir unidades relacionadas por meio de elementos conclusivos. Em um primeiro momento, pode-se ter a impressão de que não há consenso na extensão da porção textual envolvida na relação conclusiva, no entanto, como aponta Defendi (2013, p.206), pode-se pensar também que os estudos modernos se apropriam das pesquisas modernas, possibilitando a observação de fenômenos linguísticos que ocorrem em porções textuais maiores que a oração.

Nesta obra, com exceção do uso de termos, como já explicado, os demais itens são considerados casos de relação conclusiva, o que abre espaço para a discussão sobre os tipos de unidades linguísticas envolvidos nessa relação.

1.3 A definição de relação conclusiva

Outro aspecto em que se observam discordâncias quanto às construções conclusivas é a própria definição do fenômeno linguístico em estudo. O questionamento se dá em função de algumas gramáticas e mesmo autores contemporâneos considerarem que o termo "conclusão" é equivalente a "consequência", ou ainda por reportarem uma relação do tipo "lógica" entre premissa e conclusão.

Kury (1993), por exemplo, afirma que a oração conclusiva serve para exprimir conclusão ou consequência lógica da primeira oração. Azeredo et al. (2009) afirmam que conjunções conclusivas exprimem conclusão, dedução lógica da primeira ideia,

em consonância com o pensamento de Sardinha e Oliveira (2010). Já para Figueiredo e Figueiredo (2009), a relação conclusiva se estabelece por meio de consequência ou dedução a partir da primeira oração, corroborando a proposta de Mira Mateus et al. (1986), que, como já observado, acreditam que a proposição B é uma consequência da condição proposta em A.

Ducrot (2009) discorda da necessidade de haver raciocínio lógico na relação conclusiva e questiona a interpretação comum de que há um encadeamento do tipo A *portanto* C em que A é apresentado como justificando C, tornando C verdadeiro, válido, ou ao menos mais aceitável do que era antes de seu encadeamento a A. O autor admite que há um papel persuasivo, mas não por um caráter racional, como comumente explicado. A base de sua discussão é a de que, em um encadeamento argumentativo A *portanto* C, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão, e, assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não haveria passagem de A para C, não haveria justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto* C, mas a ideia de que

> os encadeamentos analisados, embora liguem duas proposições assertivas por meio do conector *portanto* (eventualmente implícito), não assinalam de modo algum uma inferência que vai de uma afirmação para outra. Cada uma dessas aparentes afirmações contém de fato o conjunto do encadeamento no qual ela tem lugar. Assim, não há passagem de um conteúdo factual, objetivo, para outro (Ducrot, 2009, p.22).

Ducrot afirma que o encadeamento argumentativo não tem a finalidade de justificar uma afirmação a partir de outra, mas qualificar algo pelo fato de que serve de suporte a certa argumentação. Assim, a forma *portanto* seria usada para descrever, e não provar, justificar ou tornar verossímil. Para comprovar sua tese, argumenta que os segmentos A e C não são compreensíveis independentemente do encadeamento, como no exemplo dado:

(22) Pedro estudou pouco, ele vai**, portanto**, ser reprovado. (Ducrot, 2009, p.24)

Segundo o autor, a palavra *pouco* já antecipa a conclusão, assim como em outras proposições que contêm palavras como *demais, pouco, um pouco, perto, longe*, que indicam os tipos de sequências que podem ser encadeadas por meio de *portanto*. Afirma ainda que, por outro lado, a significação não obriga absolutamente a continuar com *portanto*, mas permite igualmente encadear com uma palavra do tipo de *no entanto*. Pode-se dizer:

(22a) Ele estudou um pouco, **portanto** vai ser aprovado. (Ducrot, 2009, p.25)
(22b) Ele estudou um pouco, **no entanto** vai ser aprovado. (Ducrot, 2009, p.25)

A proposição A pode ser encadeada por ambas as formas, e a escolha não se dá por uma questão de A levar a C, prova de que a questão não é lógica. Sendo assim, para o autor, argumentar com *portanto* é uma estratégia do falante para persuadir o interlocutor. Um exemplo usado para ilustrar essa afirmação é (23):

(23) A estação é longe, **portanto** tomemos um táxi. (Ducrot, 2009, p.26)

A intenção é evitar uma fácil refutação da ideia com um simples "não"; no caso, se quiser refutar, deve-se colocar argumentos para fazê-lo. Também há a vantagem de se construir uma imagem mais favorável, na medida em que não há imposição, mas uma tentativa de convencer por argumentos. O que está em jogo então não é a lógica do raciocínio, mas a imagem construída pelo falante de si mesmo, o que pode tornar mais eficaz sua argumentação. Dessa forma, o autor desfaz a ideia de que na relação conclusiva haja relação lógica.

Alves (2013), a respeito de *então* conclusivo, afirma que esse elemento é um marcador discursivo que relaciona unidades mais importantes do tópico discursivo, responsável pela organização das informações do texto, de maneira que o destinatário reconheça a ligação existente entre elas. Mais especificamente, a forma é usada para mostrar a intenção do falante em levar o destinatário a compreender sua inferência tendo como base as informações partilhadas por ambos no processo comunicativo. A autora adota a definição de Carlson e Marcu (2001, p.50) para seus estudos, usando o quadro a seguir (em que S: Satélite; N: Núcleo; F: Falante; N: Destinatário):

Quadro 1.2 – Definição de relação de conclusão

Nome da relação	*Restrições sobre N e S, individualmente*	*Restrições sobre N + S*	*Intenção de F*
Conclusão	Em S: S é um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada em N	Em N + S: S apresenta uma declaração final que envolve a situação apresentada em N	D reconhece que S é uma declaração final a respeito de N

Fonte: Carlson; Marcu (2001, apud Alves, 2013, p.55)

Note-se o uso dos termos "inferência", "consequência necessária" "ou decisão final" na definição. A autora propõe que, na relação conclusiva, há uma relação de conteúdo, pois leva o destinatário a reconhecer o tipo de ligação existente entre as porções, e não uma relação que busca agir sobre o destinatário. No caso de *então*, a pesquisa da autora revelou que esse elemento atua tanto no nível micro (24) como no macroestrutural (25), a seguir:

(24)
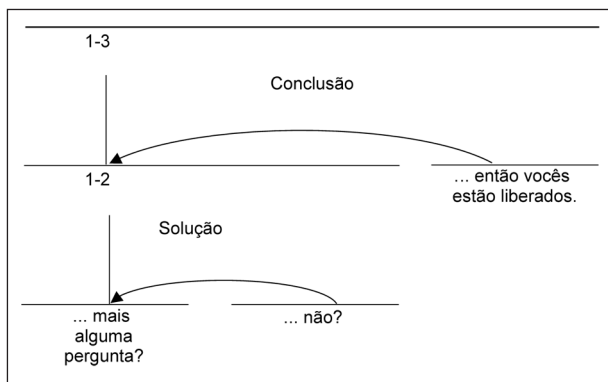
Figura 1.1 – Diagrama com relação de conclusão na microestrutura – MD introduz inferência
Fonte: Alves (2013, p.55)

(25)
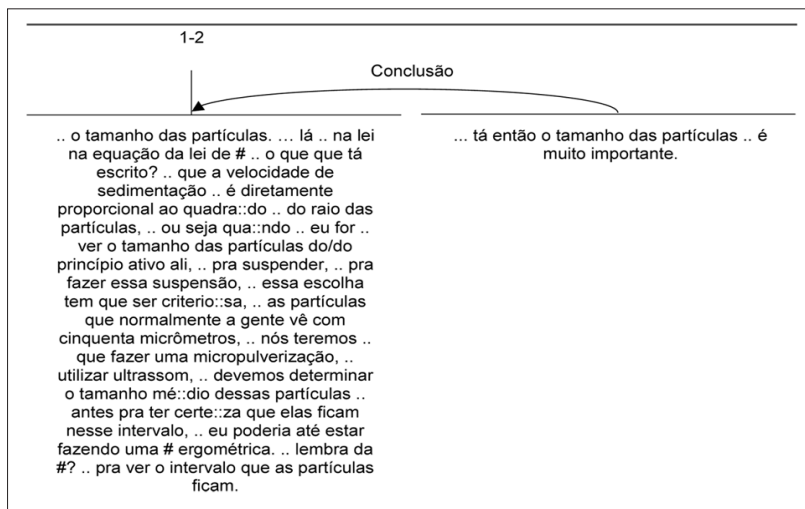
Figura 1.2 – Diagrama com relação de conclusão na macroestrutura – MD no fechamento de tópico
Fonte: Alves (2013, p.58)

No caso de (24), segundo a autora, *então* é um marcador discursivo com duas funções: marca a relação retórica de conclusão e fecha o tópico "tamanho das partículas". Nota-se, para além do tamanho da porção envolvida, que o exemplo anterior está mais próximo do uso como condição-consequência [se não há mais perguntas, estão liberados], enquanto (25), mais próximo do uso como conclusão [considerando tudo que foi mencionado, conclui-se que o tamanho da partícula é importante]. Porém, como a autora considera tanto "conclusão" como "consequência" casos de relação conclusiva, não diferencia os dois exemplos, a não ser pela dimensão do trecho envolvido. Dessa forma, os termos "conclusão" e "consequência" servem para explicar o mesmo tipo de relação.

Martelotta e Silva (1996), no que tange à forma *então*, destacam que esse item gramatical pode assumir valores temporais e sequenciais, provenientes de sua característica anafórica, além de valores com função mais pragmático-discursiva de sequencialidade, como o uso como operador conclusivo. Para os autores, em (26), o elemento *então* inicia uma oração que expressa consequência em relação ao já dito:

(26) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (Martelotta; Silva, 1996, p.228)

Na análise dos autores, nessa ocorrência, "Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso" é uma oração que contém uma consequência em relação ao trecho imediatamente anterior "Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras". Destaque-se aqui a afirmação de que, em uma relação conclusiva há uma consequência de um fato expresso na oração anterior. Nota-se que não há necessidade de inferência para se perceber a conclusão, mas apenas a percepção de uma sequência em que um fato desencadeia outro.

Por outro lado, Risso (1996) considera que a forma *então* assume, dentre outras possibilidades, a função de conector frasal, criando uma relação coesiva entre partes do texto, com função de operador argumentativo que expressa uma relação lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado, enfim, de implicatividade, como mostra (27):

(27) Buda já dizia isso também... **então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (Risso, 1996, p.85)

Observa-se no exemplo uma relação argumentativa, segundo a autora, na qual há uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: "Buda já dizia isso também" (explícito) e "Todos conhecem a afirmação de Buda" (implícito), que sustentam a argumentação conclusiva "isso não é novidade pra ninguém". Para a linguista, a forma *então* tem uma função retroativa-propulsora, ao apontar para o que foi dito e ainda impulsionar a continuação do discurso. Nota-se, assim, que a autora enfatiza atuação marcadamente argumentativa do elemento, em uma estrutura usada de modo explícito para convencer o interlocutor, sem fazer menção à lógica entre as partes.

Pezatti (2001) afirma que a forma *então*, em uso conclusivo, apresenta um valor de conclusão por inferência, sem noção temporal presente, como se vê em (28):

(28) hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar de é numa fila eNORme... não é? **então** não era divertimento aquilo...era::eu acho que era nem divertimento ((ruídos)) passava porque a pessoa ficava cansada de ficar em fila adquirir ingresso ficava na fila de ingresso (DID-SP-234:582) (Pezatti, 2001).

Aqui o destaque se dá ao uso do termo "inferência", que deve haver entre a premissa e a conclusão, segundo a autora, desfazendo, assim como Ducrot, a ideia de que há relação lógica entre as orações. Em (28), "então não era divertimento" é uma conclusão que o falante faz a partir de um julgamento que ele constrói de uma realidade, sendo impossível se pensar em lógica em sentido restrito.

Longhin-Thomazi (2006) acredita que, em uso conclusivo, *logo* estabelece uma relação de implicação, veiculando um sentido de consequência ou conclusão, fortemente baseado nas crenças e expectativas do falante ou escritor.

Maingueneau (1997), que considera a conjunção conclusiva como um conectivo da classe dos consecutivos, assim como Zenone (1983), afirma que em uma construção com *logo* o antecedente é tomado como fato definitivo, enquanto o consequente aparece legitimado por princípios admitidos pela comunidade, sendo assim menos subjetivo, o que aparenta demonstrar uma "lógica", mas não em sentido estrito. Já Castilho (2010, p.373) insere as conclusivas no grupo das adverbiais de causalidade *lato sensu*, juntamente com as causais, condicionais, concessivas e explicativas.

Um estudo que parece explicar melhor essa relação inferencial presente nas construções conclusivas é o de Lopes et al. (2001). As autoras afirmam que *portanto*, como operador conclusivo, tem significado do tipo instrucional ao indicar que a proposição introduzida deve ser interpretada como conclusão fundamentada em raciocínio inferencial: em uma estrutura do tipo P *portanto* Q, o conector sina-

liza que P é uma premissa e Q uma conclusão, sendo P e Q entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada. Veja-se um exemplo discutido (29) pelas autoras:

(29) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa. (Lopes et al., 2001, p.206)

A premissa elidida seria "se/quando o João está em casa, as luzes estão acesas". A própria relação conclusiva induziria à reconstituição da premissa implícita que assume forma de construção condicional, sendo o antedecente a premissa asserida e o consequente, a conclusão. Essa premissa implícita deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação conclusiva. Em outro exemplo das autoras, a relevância desse fator pragmático pode ser também percebida de modo mais nítido:

(30) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool. (Lopes et al., 2001, p.207)

Fica patente que a depreensão da premissa depende do conhecimento de mundo do interlocutor: ao enunciar (30), o locutor pressupõe que o seu ouvinte acredita/conhece a premissa implícita ("muçulmano não bebe álcool"); caso não seja tomada como verdade, então poder-se-á iniciar uma discussão em torno da premissa não aceita. Logo, uma conclusão desse tipo pressupõe conhecimento prévio por parte do interlocutor.

Saliente-se que, segundo Lopes et al. (2001), nas construções conclusivas há relação de causa/consequência que opera no domínio epistêmico: a conclusão assinalada pelo conector é, na verdade, uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. Assim, a premissa P constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão Q.

A afirmação das autoras parece contrariar a argumentação a respeito da não necessidade de haver lógica entre os elementos relacionados, o que não é a realidade. Lopes et al. (*op. cit*) fazem menção a um tipo de prova/evidência que é obtido por meio de inferência, na verdade, ressaltando o valor da consequência da oração inicial.

Em resumo, a partir dos questionamentos em torno da relação de lógica na construção conclusiva, verifica-se que alguns autores preferem acreditar em uma relação inferencial, e não em um resultado de um raciocínio lógico.

Castilho (2010, p.130) afirma que inferir é "criar realidades semânticas a partir daquelas previamente existentes". O autor se apoia em Veltman para men-

cionar dois tipos de inferência: a dedutiva e a argumentativa, exemplificadas respectivamente em (31) e (32):

(31) Se está frio na sala, **então** ele fecha a janela. (Castilho, 2010, p.130)

(32) Se ele fecha a janela, **então** é porque está frio na sala. (Castilho, 2010, p.130)

De acordo com o autor, a inferência dedutiva ocorre por meio de raciocínio lógico, como em um silogismo, enquanto, na argumentativa, o raciocínio é baseado no senso comum, caracterizado pelo autor como um caso de anomalia do ponto de vista da inferência dedutiva, porém pragmaticamente aceitável.

No entanto, não parece, no caso de (31), haver um raciocínio lógico em sentido restrito no primeiro tipo, mas uma relação inferencial estabelecida pelo locutor, para atender a seus propósitos comunicativos. Trata-se de uma escolha do falante para convencer o interlocutor de seus intentos, no caso, levá-lo a fechar a janela. Dessa maneira, não fica evidente a que tipo de relação conclusiva se faz referência nesses casos.

1.4 Flutuações na descrição das propriedades da relação conclusiva

Pode-se verificar que há pontos comuns na análise das propriedades das construções conclusivas, mas também muitas divergências, por vezes derivadas das diferentes abordagens teóricas, logicamente. Essas diferenças se relacionam: i) aos elementos juntores e sua denominação; ii) às unidades que compõem a relação; iii) ao conceito de relação conclusiva.

Como discutido, o rol de conjunções simples elencadas pelos estudiosos é restrito às formas *logo*, *portanto*, *assim*, *pois* (posposto ao verbo), *por isso*, *assim* e *então*, e pouco variável, com poucos autores que excluem uma dessas formas. Pezatti (2001), por exemplo, descarta o valor conclusivo de *assim*, por considerar que o elemento caminha na direção de valor semântico explicativo, enquanto Oliveira (2011) alega que *pois* não é o elemento responsável pela conexão entre as orações, logo não deve fazer parte da lista de conjunções conclusivas. A autora, apesar de classificar todos esses elementos como conclusivos, considera que apenas *portanto*, *assim*, *pois* e *então* podem ter uma leitura de relação de consequência. Apesar desse rol de itens linguísticos para estabelecer a relação conclusiva, os autores pesquisados acabam por não explicar o que leva o usuário da língua a optar por um deles.

Do mesmo modo, a classificação do elemento, como discutido, apresenta flutuação. De maneira geral, as gramáticas tradicionais nomeiam os conectores,

majoritariamente, como conjunções (Barbosa,1881; Rocha Lima, 1956; Cunha; Cintra, 1985), mas há autores que discordam dessa classificação, como Neves (1985), que utiliza o termo advérbio, e Pezatti (2001; 2002), que considera que alguns desses itens ainda não alcançaram o estágio final do processo de gramaticalização como conjunção, por guardarem justamente algumas características adverbiais, como mobilidade e manutenção de valor anafórico. Nos estudos linguísticos recentes, são denominados "conector frasal" (Risso, 2006), "marcador conversacional" (Martelotta; Silva, 1996), "articulador textual" (Lopes et al., 2001), entre outros.

Quanto às unidades linguísticas que podem ser relacionadas nas construções conclusivas, alguns autores consultados mencionam a possibilidade de relação conclusiva entre termos (Neves, 2010), enquanto outros consideram que há relação entre orações (Pezatti, 2001; Longhin-Thomazi, 2006, por exemplo); no entanto, há aqueles que apontam uma relação para além da frase, indicando a possibilidade de junção tanto de orações como períodos e parágrafos inteiros (Guimarães, 2001, por exemplo). Assim, descrever quais são efetivamente essas unidades que compõem a relação conclusiva é uma tarefa importante.

No tocante à estrutura sintática, alguns autores apontam processos de coordenação (Koch e Silva, 2001, por exemplo) e subordinação (Mira Mateus et al., 1986), considerando tanto aspectos estruturais quanto semânticos e pragmáticos.

As divergências também se instauram no conceito de relação conclusiva. Muitos autores, quando não usam consequência como sinônimo de conclusão, consideram a conclusão como uma das possíveis relações de consequência, o que acaba por dificultar a compreensão do fenômeno linguístico em estudo. Os termos usados para definição variam significativamente: "conclusão", "consequência", "decisão final", "decorrência" e "resultado". Dessa forma, definir explicitamente o que é uma relação de conclusão é fundamental para a análise desse fenômeno linguístico.

É possível resumir, por meio do Quadro 1.3, a flutuação em todos os aspectos mencionados:

Quadro 1.3 – Flutuações na descrição das propriedades da relação conclusiva

Elementos	*logo, portanto, por isso, assim, então, e, pois (posposto ao verbo)*
Denominação do elemento juntor	conjunção, advérbio, conector frasal, marcador conversacional e articulador textual
Processos de articulação	coordenação e subordinação
Unidades relacionadas	termos, orações, parágrafos, capítulos
Conceito	conclusão, consequência, decisão final, resultado e decorrência

Do exposto, é evidente que os estudos linguísticos contemporâneos apresentam avanço significativo em relação aos estudos tradicionais, com valiosos questionamentos e respostas que auxiliam na compreensão do fenômeno em estudo. No entanto, como apontado, ainda permanecem aspectos por resolver.

2

Pressupostos teóricos: A Gramática Discursivo-Funcional

Como o próprio nome indica, a GDF é um modelo de estudo da Gramática, pois trata dos princípios subjacentes à sistematicidade das línguas, como uma abordagem voltada para as formas linguísticas, considerando, obviamente, suas funções; é discursiva no sentido de que focaliza como os fenômenos gramaticais explicitamente são impactados pelo discurso, sem pretender dar conta do discurso, mas do ato discursivo e de sua codificação morfossintática e fonológica; por fim, é funcional porque é voltada para as formas linguísticas que refletem a instrumentalidade da linguagem na interação humana.

Tem ainda como princípios funcionalistas fundamentais: i) a adequação pragmática, que determina que uma gramática deve descrever as propriedades das expressões explicando seu uso; ii) a adequação psicológica, que prediz que a gramática deve ser compatível com hipóteses confirmadas sobre o processamento da linguagem; iii) a adequação tipológica, que propõe que a teoria deve oferecer arcabouço que permita construir gramáticas de línguas tipologicamente diferenciadas.

Em oposição às linhas funcionalistas estão as abordagens formalistas, como a gerativista, que, por considerar que as estruturas mentais são inatas, não acredita que as propriedades mais profundas do fenômeno linguístico sejam depreendidas de dados reais de uso da língua, já que estes representam as regras subjacentes ao sistema linguístico. Dessa forma, as análises são feitas independentemente do uso da língua, o que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), constitui limitação para um estudo linguístico.

É importante ressaltar, como alerta Butler (2003 apud Santana, 2010), que a dicotomia formal *versus* funcional é válida, porém é mais adequado pensar

nessa oposição em termos de um espectro, em que, em um extremo, estão as teorias fundamentalmente formais (como a de Chomsky), e no lado oposto, as teorias radicalmente funcionais, sendo que há variedade de abordagens no intervalo entre os polos. Há, assim, "uma escala de teorias que (i) podem compartilhar boa parte dos objetivos e hipóteses, e (ii) encontram-se fechadas em um espaço multidimensional definido por um conjunto complexo de características" (cf. Butler, 2003, apud Santana, 2010), como reproduzido na Tabela 2.1, retirada de Santana (*op. cit.*).

Tabela 2.1 – Escala das teorias: do extremo formal ao extremo funcional

Modelo de Chomsky	Gramática do papel e da referência (Van Valin & Lapolla, 1997)	Gramática (discursivo) funcional (Dik, 1997a, 1997b; Hengeveld & Mackenzie, 2008)	Gramática sistêmico-funcional (Halliday, 1985, 1994a, 1994b; Halliday & Matthiessen, 1999, 2004)	Funcionalismo da Costa-Oeste (Givón, 1989, 1993, 1995, 2001a, 2001b)	Gramática emergente (Hopper, 1987, 1992)

Fonte: Butler (2008, p.149 apud Santana, 2010, p.39)

Um cuidado deve ser tomado quanto ao uso do termo "formal", como alerta Santana (*op. cit.*), comumente oposto ao termo "funcional". A autora recorre a Newmeyer para explicar que o termo "formal" diz respeito tanto à forma ou estrutura gramatical em oposição ao significado ou uso quanto à utilização de um sistema notacional para expressar de modo preciso e exato as observações e as generalizações linguísticas. De acordo com a autora, a segunda acepção é tomada por teorias funcionalistas, que usam sistemas matemáticos de notação. Santana salienta que

> A polêmica em torno dos termos formal e funcional oculta, portanto, o fato de que diferenças de formalização não passam de mera questão de grau. Alguns modelos funcionalistas consistem em teorias com um elevado grau de formalismo e explicitude notacional, como é o caso, por exemplo, da gramática (discursivo) funcional e da gramática do papel e da referência – os modelos mais próximos à gramática formal de Chomsky [...]. A diferença real não está na utilização de sistemas notacionais, mas no grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo. É justamente nesse sentido preciso do termo formal que a diferença entre as gramáticas formais e as funcionais

> deixa de ser uma questão relativa para ser uma questão absoluta (Santana, 2010, p.39-40).

Hengeveld (1998) classifica o gerativismo como uma teoria que é, simultaneamente, formalizada e autônoma, por ter o objetivo explícito de construir um sistema de representação formal e por entender que a gramática é um sistema estrutural autônomo. A GDF, por seu turno, é formalizada e funcional, pois também trabalha com representações formais, à semelhança do gerativismo, mas, diferentemente, entende a linguagem como instrumento de interação social.

A caracterização precisa da GDF é apresentada por Pezatti (2014), como segue:

> Na verdade, a GDF constitui uma gramática estrutural-funcional (cf. Butler, 2003), termo que adequadamente descreve seu estatuto intermediário, uma vez que, ao mesmo tempo que aceita ser a gramática moldada pelo uso, a GDF sustenta que, em termos sincrônicos, a gramática de uma língua é de fato um sistema, que deve ser descrito e correlacionado com funções no discurso (Hengeveld e Mackenzie, 2008). Por isso, ocupa uma posição intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical (Pezatti, 2014, p.73).

Por sua vez, os trabalhos com uma perspectiva normativa ou descritiva, representado majoritariamente pelas gramáticas tradicionais, atêm-se mais aos aspectos estruturais do processo, notadamente os morfossintáticos, como a classificação do elemento juntor de orações e do próprio processo de articulação, em uma visão dicotômica que não dá conta dos vários usos da língua. Como premissa, esses estudos consideram a autonomia da sintaxe, enfoque que reduz as possibilidades de análise da língua em uso.

Contrariamente, estudos funcionalistas, como o da GDF, primam pela relação entre os níveis linguísticos. A GDF não considera a possibilidade de a sintaxe ter autonomia na descrição de um fenômeno linguístico, já que o modelo teórico prevê uma organização em que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico, apesar de sua autonomia no que tange a suas categorias, mantêm entre si uma interdependência por causa das motivações pragmáticas e semânticas que regem o sistema linguístico.

Sobretudo, de acordo com Dik (1989), abordagens funcionalistas, de forma geral, têm como princípio a ideia de que as propriedades da expressão linguística adaptam-se às intenções comunicativas do usuário da língua.

A GDF, como os próprios autores salientam, constitui um aprimoramento da Gramática Funcional de Simon Dik (1989), modelo teórico de interação

verbal que propõe que a língua sofre influências de fatores externos, por isso sintaxe, semântica e pragmática não podem ser tratadas como autônomas. Dessa forma, assim como nas demais teorias funcionalistas, a língua deve ser analisada a partir da situação comunicativa, e não isoladamente, visto que, como propõe o autor, é um instrumento de interação social com propósitos comunicativos, e, por isso, as expressões linguísticas, que constituem o instrumento de comunicação, têm suas propriedades codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

Para Dik, na situação de interação verbal, há dois conjuntos de regras: as que governam a construção das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as que governam os padrões de interação verbal nas quais as expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas), vistas como instrumentais quanto aos propósitos do conjunto de regras que regem a interação. Essas regras são sempre instrumentais no que diz respeito aos objetivos e propósitos do sistema de regras, ou seja, estão sempre a serviço das intenções do Falante, que interage com o Ouvinte por meio da expressão linguística.

Dessa forma, a interação social é governada por normas e convenções e é cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois falantes. Estes usam expressões linguísticas na interação verbal, que são seus instrumentos de comunicação.

A produção da expressão linguística é estruturada e depende da intenção do Falante, da informação pragmática dele e da antecipação que ele faz da interpretação do Ouvinte, enquanto esta depende da própria expressão linguística, da informação pragmática dele e da hipótese que constitui sobre a intenção comunicativa do Falante. Nesse processo, o Falante, em função da avaliação que faz da informação pragmática do Ouvinte (crenças, conhecimentos, opiniões, sentimentos etc.), organiza a expressão linguística, a fim de realizar alguma mudança na informação pragmática do Ouvinte, no momento da interação. A partir dessa avaliação, o Falante, dentre as informações disponíveis para ele, e tendo em vista seu propósito comunicativo, formula a expressão linguística que ele considera mais adequada para levar o Ouvinte à mudança pretendida. Por sua vez, o Ouvinte irá reconstruir a intenção do Falante, sendo ambos mediados pela expressão linguística, situado em um contexto específico, que influencia todo o processo. A GDF mantém esses pressupostos da Gramática Funcional de Dik.

A versão de Hengeveld e Mackenzie (2008), assim como a de Dik (1989), é um modelo de análise linguística com arcabouço teórico que pretende permitir uma descrição sistemática do maior número possível de línguas humanas. É também um modelo que se detém especificamente sobre a gramática de uma língua, mas considera o discurso como unidade de interação, em vez da sentença

apenas (como era na versão de Dik), e, além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto. Dessa forma, é um aparato teórico que estuda a gramática, mas que valoriza os demais componentes compatíveis com uma teoria da interação verbal, sendo assim, simultaneamente, estrutural e funcional.

Um pressuposto da teoria é a separação entre os processos de Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas "interpessoais") e semânticas (denominadas "representacionais"), enquanto, no segundo, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas, ou seja, as unidades formais que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua.

A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística.

Esse sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo Falante, porém, como alerta Mackenzie (no prelo), o objetivo da teoria é a descrição das relações entre as camadas, os níveis e os componentes, e não a representação do processo de produção linguística em tempo real.

As relações de formulação e codificação, para a GDF, encontram-se estruturadas em níveis representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas. Assim, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe regem a fonologia.

Os autores propõem a existência de quatro níveis de análise: Nível Interpessoal (NI), Nível Representacional (NR), Nível Morfossintático (NM) e Nível Fonológico (NF). O NI diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte; o NR está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o NM toma como unidade de análise a composição sintática dos elementos linguísticos; o NF trata das representações fonológicas dos constituintes. Em cada nível há os recursos gramaticais disponíveis em cada língua para se fazerem as distinções interpessoais, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, e é este componente gramatical o foco da GDF: uma teoria da gramática das línguas, e não do discurso, como salientam os autores.

Os níveis também são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos, em que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente, como será possível observar em detalhes na descrição de cada nível. Cada camada tem obrigatoriamente um Núcleo, que pode ser restringido

por um Modificador, especificado por um Operador e ter ainda uma Função. Núcleos e Modificadores constituem estratégias lexicais, e Operadores e Funções, estratégias gramaticais. Uma Função ocorre entre unidades da mesma camada, por isso é sempre relacional, enquanto um Operador se aplica a uma unidade em si mesma.

Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem, de alguma forma, influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no componente de produção real da gramática, isto é, no enunciado fonético. Já o Componente Conceitual não faz parte da gramática, mas é a força motriz que está por trás do componente gramatical.

Um ponto importante sobre a teoria que precisa ser esclarecido, visto que há muitos equívocos, é que a GDF não é um modelo do Falante, como enfatiza Mackenzie (2011, p.11): "Uma diferença fundamental entre a GF e a GDF é que a segunda rejeita a ambição de ser um modelo da falante. No entanto, pretende ser uma teoria sobre a gramática que reflete as evidências psicolinguísticas na sua arquitetura básica". Assim, o Falante não é o centro da teoria, apenas prevê-se que o processo tem início com a intenção comunicativa do Falante e segue rumo à articulação.

De acordo com Mackenzie (no prelo), o princípio da implementação dinâmica, como demonstra a Figura 2.1, é explicitar a lógica das relações entre camadas, níveis e componentes, e não imitar a sequência no tempo real de produção da linguagem. As setas da figura indicam a sequência que o analista segue para analisar um fenômeno em particular. O autor reforça que a razão para a direção descendente se dá pelo fato de se acreditar que um modelo pode ser mais eficaz se se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo, visto que foi comprovado por estudos psicolinguísticos que a produção da linguagem é um processo descendente, que segue da intenção para a articulação.

Em função da proposta de caracterizar o mais exaustivamente possível a relação conclusiva codificada pelas conjunções, a análise abarca o Componente Gramatical nos quatro níveis propostos, mas também alguns aspectos do Componente de Saída, restritos aos elementos que auxiliam funcionalmente a delimitação desse fenômeno linguístico. Assim, descreve-se aqui o percurso de implementação dinâmica da gramática da relação conclusiva, desde a produção das intenções comunicativas, com as operações de formulação, passando pelos processos de codificação e chegando à articulação.

Nas próximas seções deste capítulo, atém-se a uma explicação mais detalhada de apenas algumas camadas dos quatro níveis de análise, consideradas mais relevantes para fornecer explicações sobre o objeto em estudo.
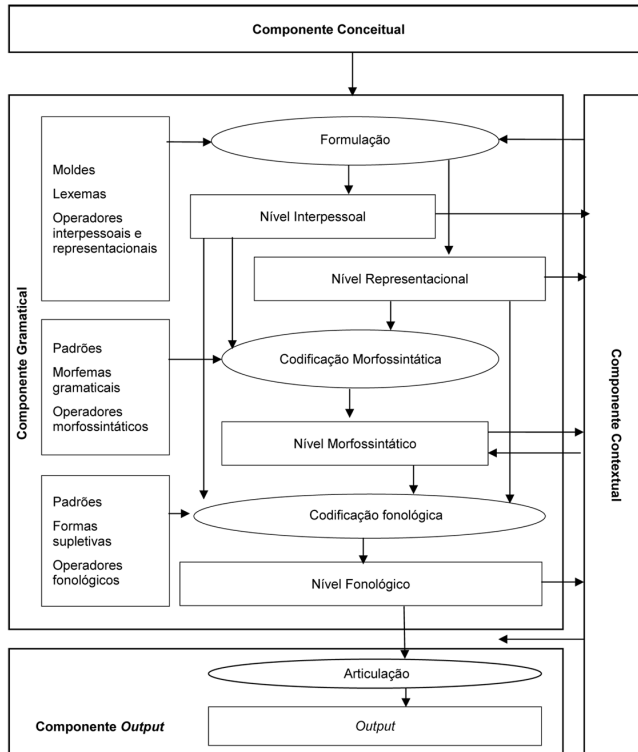
Figura 2.1 – Leiaute geral da GDF

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p.13)

2.1 Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, como já definido, considera o papel da interação na relação entre Falante e Ouvinte. É aqui que se analisa como o Falante usará estratégias para alcançar seus propósitos comunicativos. No Nível Interpessoal, a sequência hierárquica é composta por: Movimento, Ato Discursivo, Ilocução, Falante, Ouvinte, Conteúdo Comunicado, Subatos de Atribuição e de Referência, como segue (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.49):

$(\Pi\ M_1:$	Movimento
$(\Pi\ A_1: [$	Ato Discursivo
$(\Pi\ F_1: ILL\ (F_1): \Sigma\ (F_1))$	Ilocução
$(\Pi\ P_1: \ldots\ (P_1): \Sigma\ (P_1))_S$	Falante
$(\Pi\ P_2: \ldots\ (P_2): \Sigma\ (P_2))_A$	Ouvinte
$(\Pi\ C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\Pi\ T_1: [\ldots]\ (T_1): \Sigma\ (T_1))$	Subato Atributivo
$(\Pi R_1: [\ldots]\ (R_1): \Sigma\ (R_1))$	Subato Referencial
$]\ (C_1): \Sigma\ (C_1))$	Conteúdo Comunicado
$]\ (A_1): \Sigma\ (A_1))$	Ato Discursivo
$(M_1): \Sigma\ (M_1))$	Movimento

Os núcleos de cada camada podem ser restringidos por determinados modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificado por operadores (constituintes gramaticais) e cada camada pode ter funções, retóricas ou pragmáticas. Em espaço oportuno, esses conceitos serão retomados. Aqui, cabe aprofundar a descrição das duas unidades linguísticas mais altas do Nível Interpessoal: o Movimento e o Ato Discursivo.

O Movimento é uma unidade de caráter interpessoal que pode ser definida como "uma contribuição autônoma para uma interação contínua" (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.50), cuja propriedade principal é possibilitar uma reação do destinatário do ato de fala, que assim produz outro Movimento, e desse modo sucessivamente. Como afirma Kroon, o Movimento tem por objetivo impulsionar a comunicação em termos de objetivos conversacionais (Kroon, 1997, p.30). Dessa forma, constitui uma ação do Falante para alcançar seu propósito comunicativo, que pode provocar uma reação do Ouvinte ou mesmo ser uma reação a outro Movimento.

Hengeveld e Mackenzie (2008) recorrem ao Nível Fonológico para apontar a entonação como um dos fatores delimitadores, considerando que corresponde a um Enunciado Fonológico. A quebra entonacional nas fronteiras de um Movimento é identificada com a noção de *paratones* (Brown; Yule, 1983, p.101, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008); além de constituir uma unidade estrutural do discurso falado relacionada topicalmente, é caracterizada fonologicamente por um tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo extra na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa (Thompson, 1994, p.65-6, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008). Na escrita, segundo os autores, corresponde a um parágrafo.

O Ato Discursivo é definido como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, mas, diferentemente do Movimento, não impulsiona a comunicação. Um Ato pode conter até quatro componentes (uma Ilocução, um Falante, um Ouvinte e um Conteúdo Comunicado) e sua extensão pode variar desde interjeições

até orações complexas. A Ilocução indica a finalidade do ato verbal (por exemplo, chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar etc.) e pode ser expressa por interjeições, verbos performativos ou por ilocuções abstratas – interrogação, exclamação etc.). O Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o Falante deseja evocar em sua comunicação com o Ouvinte, podendo trazer informação nova ou uma combinação de informação nova e dada. A configuração de um Ato pode ser formada por um ou mais Subatos: o de Atribuição, que expressa tentativa do Falante de evocar uma propriedade que se aplica a uma entidade; e um de Referência, uma tentativa de evocar um referente. O Ato Discursivo constitui a unidade de análise da GDF.[1]

Enquanto o Movimento corresponde a um Enunciado (U) no Nível Fonológico, o Ato Discursivo corresponde à Frase Entonacional (IP) e caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional. O final dessas duas unidades é marcado por meios prosódicos, como a pausa, que, apesar de não ser um elemento da gramática, é indiretamente afetada por ela. Internamente, ambos têm suas delimitações asseguradas fonologicamente por operadores de subida (r) e de queda (f).

A título de exemplificação, em (01) a seguir repetida, há dois Atos Discursivos (*Pedro estudou pouco* e *vai ser reprovado*), que, por sua vez, constituem um Movimento:

(01) Pedro estudou pouco, ele vai**, portanto**, ser reprovado.[2]

É também no Nível Interpessoal que os autores tratam das estratégias retóricas, importantes para a descrição da relação conclusiva. Essas estratégias estão relacionadas aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante e também às propriedades formais de enunciados que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante. Tais unidades linguísticas refletem a estruturação global do discurso, consideradas funções retóricas que se aplicam a Atos Discursivos. A função retórica é atribuída ao Ato Discursivo dependente, por isso denominado Subsidiário.

Os casos de função retórica apontados pelos autores são: de Aposição, Motivação, Orientação, Correção e Concessão (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Para explicitar o sentido dessa função, o exemplo (02) traz um caso de Função Retórica Motivação, de acordo com a análise de Pezatti, Sposito e Novaes (no prelo):

---

1. A Gramática Funcional de Dik considera a sentença como unidade máxima de análise, vista não de forma isolada, mas compondo combinações que formam o discurso (Dik, 1997). Já a GDF vai além da sentença e toma como unidade de análise o Ato Discursivo, que compõe, isoladamente ou em conjunto, um Movimento, ambos realizados no Nível Interpessoal.
2. A numeração dos exemplos será reiniciada em cada capítulo, a fim de facilitar o acompanhamento pelo leitor.

(02) Não repare não, porque a jabá foi feita avexada. (Bra80:Bichinho)
(MI: [(AI: - não repare não - (AI)) (AJ: -que a jabá foi feita avexada- (AJ)) Motiv] (MI))

Essa ocorrência, para as autoras, é composta de dois Atos Discursivos: "*não repare não*", com Ilocução Imperativa, e "*porque a jabá foi feita avexada*", com Ilocução Declarativa, que expressa uma justificativa para a enunciação do Ato Imperativo. São dois Atos Discursivos distintos, cada um com sua própria força ilocucionária e com seu próprio contorno entonacional, em uma relação de dependência, já que a enunciação do segundo Ato justifica a do outro. Como estratégia comunicativa, o segundo Ato tem o propósito específico de indicar o motivo do primeiro, sendo a motivação para sua realização.

Na Função Concessão, como mostra Garcia (2010), o Falante, estrategicamente, faz uma afirmação para em seguida apresentar uma concessão. Nesse caso também, o Ato Nuclear é seguido do Ato com a função Concessão, como em (03):

(03) (MI: [(AI: - *o serviço de bordo foi muito bom*- (AI)) (AJ: - *embora fosse assim a passagem mais econômica* - (AJ))Conc] (MI)) (Garcia, 2010, p.108)

O conceito de Função Retórica será retomado, para análise de casos que se enquadram nessa categoria analítica.

2.2 Nível Representacional

O Nível Representacional trata dos aspectos semânticos da unidade linguística, tanto no que diz respeito ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico quanto aos significados de unidades lexicais e unidades complexas. Nesse nível, as camadas são descritas em termos das categorias semânticas que elas designam, como segue (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.142):

$(\pi\ p_1:$	Conteúdo Proposicional
$\pi\ ep_1:$	Episódio
$(\pi\ e_1:$	Estado-de-Coisas
$[(\pi\ f_1:\ [$	Prop. configuracional
$(\pi\ f_1: \blacklozenge\ (f_1): [\sigma\ (f_1)_\Phi])$	Qualquer categoria semântica
...	...
$(\pi\ x_1: \blacklozenge\ (x_1): [\sigma\ (x_1)_\Phi])_\Phi$	Qualquer categoria semântica
$]\ (f_1):\ [\sigma\ (f_1)_\Phi])$	Prop. configuracional $(e_1)_\Phi]:$
$[\sigma\ (e_1)_\Phi])$	Estado-de-Coisas
$(ep_1): [\sigma\ (ep_1)_\Phi])$	Episódio
$(p_1): [\sigma\ (p_1)_\Phi])$	Conteúdo Proposicional

Nesse nível, a camada mais alta é a do Conteúdo Proposicional, que contém um Episódio, que, por sua vez, é constituído por Estados-de-Coisas, e assim sucessivamente. Como interessam, para o escopo da obra, apenas as camadas do Conteúdo Proposicional e do Estado-de-Coisas, camadas do Nível Representacional em que a relação conclusiva pode se estabelecer, as demais serão descritas de forma bem resumida.

O Conteúdo Proposicional é um construto mental (crenças, desejos) que, segundo os autores, pode ser caracterizado pelo fato de ser qualificado em termos de suas atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) em relação ao evento ou em termos de sua fonte ou origem do conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência). Pode ainda ser factual, quando é uma porção de conhecimento ou uma crença acerca do mundo real, ou não factual, quando é um desejo ou expectativa com relação a um mundo imaginário. A ocorrência a seguir mostra um Conteúdo Proposicional, evidenciado pelo verbo "saber":

(4) então eu não **sei** o que que é não ser gêmea (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)

O verbo indica que "não saber o que não é ser gêmea" é uma crença do Falante a respeito do mundo real.

O Estado-de-Coisas é uma entidade que pode ser localizada no tempo relativo e avaliada em termos de seu estatuto de realidade e pode ocorrer em algum ponto de um intervalo de tempo. Assim, distingue-se de Conteúdos Proposicionais por ter traço temporal, como no exemplo em (5), em que o evento é localizado temporalmente:

(5) portanto, eu não **roubei**, não é? (Ang97:JovemGaspar)

Os participantes de um Estado-de-Coisas podem desempenhar diversas funções semânticas: Ativo (*Actor*), em que o participante é volitivamente envolvido no Estado-de-Coisas; Inativo *(Undergoer)*, em que não é volitivamente envolvido, e o Locativo (*Locative*), em que é atribuída ao participante a categoria semântica Lugar.

Um Episódio é composto por um único Estado-de-Coisas ou, mais comumente, por uma combinação de Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, caracterizados por apresentar unidade ou continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduo. Já a Propriedade, contrariamente ao Episódio e ao Estado-de-Coisas, não é definida em termos de tempo e espaço, já que só pode ser avaliada em relação a sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve em geral, não tendo existência independente. Indivíduos são

entidades concretas, tangíveis, que podem ser localizadas no espaço e avaliadas em termos de sua existência. Há ainda as categorias de Lugar, Tempo, Modo e Quantidade e Razão, em que os próprios nomes explicitam o tipo de relação semântica.

2.3 Nível Morfossintático

Nesse Nível, após a Formulação nos níveis anteriores, inicia-se o processo de Codificação propriamente dito, por meio de unidades formais, no caso, as unidades morfológicas e sintáticas, decorrentes das configurações pragmáticas e semânticas da língua. A unidade linguística é aqui analisada em termos de seus constituintes sintáticos. Compõem essa camada a Expressão Linguística, a Oração, o Sintagma, a Palavra, a Raiz e o Afixo, como segue (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.301):

(Le_1 :	Expressão Linguística
(Cl_1:	Oração
(Xp_1 :	Sintagma
(Xw_1 :	Palavra
(Xs_1)	Raiz
(Aff_1)	Afixo
(Xw_1))	Palavra
(Xp_1))	Sintagma
(Cl_1))	Oração
(Le_1))	Expressão Linguística

É nesse nível que o *input* dos níveis anteriores é representado estruturalmente, com informações lexicais que trazem dados da relação de dependência entre predicados e argumentos e entre núcleo e modificador; informações sobre operadores (gramaticais), além de informação sobre funções, sejam relações pragmáticas entre Atos Discursivos, Nuclear e Subsidiário, sejam relações semânticas entre argumentos e predicados. Interessa aqui como essas informações lexicais são codificadas morfologicamente.

A unidade de análise mais alta, e que interessa para o momento, é a Expressão Linguística, formada por qualquer conjunto de pelo menos uma unidade usada de modo independente. Orações ou Sintagmas a compõem. Importam, mais especificamente, os processos de combinação de Orações na formação da Expressão Linguística.

Orações são formadas por um grupo ou mais de Palavras, Sintagmas ou outras Orações, com sequência ordenada. Orações podem constituir por si só uma

Expressão Linguística ou podem combinar-se de diferentes maneiras. São várias as possibilidades de combinação, conforme a dependência ou a independência das Orações, como mostra o Quadro 2.1:

Quadro 2.1 – A constituição da Expressão Linguística

Mutuamente dependente		Dependência de uma unidade	Não dependência
Oração	Equiordenação	Cossubordinação	Coordenação

Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.309)

Quando mutuamente dependentes, ou seja, nenhuma delas pode ser usada independentemente, ocorre o processo de Equiordenação Oracional, como no caso de (6) em que as Orações "nós gostamos tanto" e "que passa bem" não têm independência sintática:

(6) -> não, nós gostamos tanto
- hum.
-> que passa bem (Bra80:Samba).

Já quando apenas uma das Orações é dependente da outra, mas não se identifica como constituinte da outra, havendo, portanto, dependência unilateral, há Cossubordinação. Em (7), a oração "além de jogarmos de graça" não pode ocorrer independentemente de "alimentávamos os jogadores":

(7) além de jogarmos de graça, alimentávamos os jogadores. (PT97:DesportoDinheiro)

Nos casos em que as Orações que compõem a Expressão Linguística são independentes, sem que uma seja constituinte da outra, mas a combinação constitui uma única unidade formal, ocorre a Coordenação, como exemplificado em (8).

(8) somos obrigado a falar, falar, e... falamos muito (Moç86:Chuva)

Na perspectiva da GDF, a Subordinação é um fenômeno que ocorre na camada da Oração, quando Orações são encaixadas e assim cria-se uma relação de constituência de uma das unidades, por meio de relação de dependência de argumentos ou de modificação (expansão) do Núcleo da Oração.

2.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico é, junto do Nível Morfossintático, o lugar da Codificação e também o último nível gramatical proposto. São as seguintes camadas que compõem esse nível: Enunciado, Frase Entonacional, Frase Fonológica, Palavra Fonológica, Pé e Sílaba (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.428):

Os autores da GDF afirmam que, dentre as camadas do Nível Fonológico, as três mais altas – Enunciado Fonológico (U), Frase Entonacional (IP) e Frase Fonológica (PP) – são as que mais interessam para a teoria, visto que refletem mais fortemente os processos linguísticos vindos dos Níveis Interpessoal e Representacional, e, dentro destes, das camadas mais altas.

A Frase Entonacional (IP) corresponde, normalmente, ao Ato Discursivo, unidade de análise da GDF. Geralmente, há relação entre Movimento e Enunciado e, por outro lado, entre Ato Discursivo e Frase Entonacional (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.432), como em (9):

(π U1: [	Enunciado
(π IP1: [	Frase Entonacional
(π PP1: [	Frase Fonológica
(π PW1: [	Palavra Fonológica
(π F1: [	Pé
(π S1)N	Sílaba
] (F1))	Pé
] (PW1))	Palavra Fonológica
] (PP1))	Frase Fonológica
] (IP1)	Frase Entonacional
] (U1))	Enunciado

(9) *That's a nice cat. Is it yours?*
Aquele gato é bonito. É seu?

Há aqui dois Atos: "That's a nice cat." e "Is it yours?", cada um com sua Ilocução (o primeiro, Declarativo, e o segundo, Interrrogativo), que formam um Movimento no Nível Interpessoal; no Nível Fonológico, correspondem a duas Frases Entonacionais, que, por sua vez, formam o Enunciado Fonológico, correspondente ao Movimento.

Por meio de outro conjunto de exemplos, em (10), (11), (12), (13) e (14), Hengeveld e Mackenzie (2008, p.432-3) mostram as várias possibilidades de combinação entre Frases Entonacionais na composição de um Enunciado[3]:

3. Essas formalizações equivalem parcialmente às apresentadas pelos autores. A diferença é que aqui não constarão as transcrições fonéticas das unidades, tendo em vista que os processos

(10) *Celtic won and Rangers lost.*
O Celtic ganhou e o Rangers perdeu.
((Ui [(IPi: *Celtic won and Rangers lost* (IPi))] (Ui))

(11) *Celtic won. And Rangers lost.*
O Celtic ganhou. E o Rangers perdeu.
((Ui [(IPi: *Celtic won* (IPi)) (IPj): *And Rangers lost* (IPj))] (U1))

(12) *Celtic won. However, Rangers lost.*
O Celtic ganhou. No entanto, o Rangers perdeu.
((Ui [(IPi: *Celtic won* (IPi)) (IPj): *However*(IPj)) (IPk): *Rangers lost* (IPj))] (U1))

(13) *Celtic won. Rangers, however, lost.*
O Celtic ganhou. O Rangers, no entanto, perdeu.
((Ui [(IPi: *Celtic won* (IPi)) (IPj): *Rangers* (IPj)) (IPk): *however* (IPl)) (IPk): *lost* (IPk))] (U1))

(14) *Celtic won. Rangers however lost.*
O Celtic ganhou e o Rangers no entanto perdeu.
((U_i [(IP_i: *Celtic won* (IP_i)) (IP_j): *Rangers however lost* (IP_j))] (U1))

Esses casos mostram Frases Entonacionais que compõem um Enunciado, o que pode variar de uma IP, como em (10), a várias IPs, como nos demais casos. Em (11), há duas Frases Entonacionais [*Celtic won*] e [*And Rangers lost*], enquanto em (12) o modificador do Ato Discursivo *however* tem seu próprio contorno entoacional e forma, então, uma Frase Entonacional, assim como [*Celtic won*] e [*Rangers lost*], compondo, dessa maneira, um Enunciado com três IPs. Por outro lado, caso o modificador esteja intercalado, como em (13), então cada uma das partes precedentes e subsequentes pode também constituir uma Frase; porém essa integração é opcional, como mostra (14), em que há duas Frases [*Rangers won*] e [*Rangers* however *lost*], com o modificador *however* no interior da Frase Entonacional. As razões para essa variação serão discutidas na análise dos dados.

A caracterização da camada da Frase Entonacional pode ser feita interna e externamente. Internamente, contém um núcleo, ou seja, um acento localizado

fonológicos ocorridos nas camadas das Palavras e nas Sílabas, por exemplo, não serão relevantes neste momento. Quando houver necessidade, nos casos de processos relacionados a aspectos funcionais, haverá a respectiva transcrição.

em uma ou mais sílabas; externamente, separa-se de outra Frase Entonacional por meio de pausas menores do que as que separam Enunciados. Cada Frase é sistematicamente reconhecida por contornos globalmente definidos pelos operadores deste Nível: operador de queda (f) ou subida (r). Na maioria das línguas, há correlação entre os operadores do Nível Fonológico e a Ilocução, no Nível Interpessoal. Por exemplo, o movimento de queda se relaciona às Ilocuções Declarativa e Imperativa, enquanto a subida caracteriza a Ilocução Interrogativa (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.434). Se retomado o exemplo de (15), com acréscimo da formalização, há a demonstração desses movimentos entoacionais, em que cada Ato tem Ilocuções diferentes, sendo o primeiro, com operador de queda, por se tratar de Ilocução Declarativa, e o segundo, com operador de subida, por ser Ilocução Interrogativa:

(15) *That's a nice cat. Is it yours?*
(A1 [(F1: Decl F1)] A1) (A2 [(F1: Int F1)] A2)
((Ui [(fIPi: *That's a nice cat* (IPi)) (rIPj): *Is it yours* (IPj))] (U1))

Esses operadores também podem mostrar as relações de dependência entre Atos Discursivos, como no exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.437):

(16) *If you're unsure, call me.*
(A1 [(F1: Decl F1)] A1) (A2 [(F1: Imp F1)] A2)
((Ui [(rIPi: *If you're unsure* (IPi)) (fIPj): *call me* (IPj))] (U1))
Se você não tiver certeza, me chame.

No primeiro Ato, "*If you're unsure*", que corresponde a uma Frase Entonacional, há um contorno global de subida, apesar de haver Ilocução Interrogativa, sendo assim reflexo do Nível Interpessoal, que acena para o fato de que outro Ato será produzido a seguir, em relação de dependência do primeiro; no segundo Ato, "*call me*", ocorre um operador de queda, mostrando o encerramento deste Ato e delimitando também o fim do Enunciado composto pelas duas Frases Entonacionais.

Assim, como pressuposto teórico, os níveis de análise são independentes; no entanto pode haver uma relação entre eles, já que processos de Formulação estão refletidos na Codificação.

Com base nessas premissas e nos conceitos discutidos, buscamos, a seguir, descrever a relação conclusiva, na tentativa de explicitar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas e estabelecer ainda a relação entre os níveis propostos pela GDF.

3

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NA LÍNGUA PORTUGUESA: FUNÇÕES CONSEQUÊNCIA, CONCLUSÃO E RESUMO

Como já apontado, a relação conclusiva é objeto de análise de muitos investigadores. Neste ponto, procura-se situar a relação de conclusão em um contexto mais amplo de relações de sentido.

3.1 A relação conclusiva

Um modelo que traz uma contribuição para a discussão sobre a relação conclusiva aqui discutida é a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995). Trata-se de uma teoria pragmática, uma versão mais moderna e revista da teoria griceana da cooperação.

De acordo com os autores, dois princípios guiam a comunicação humana: um princípio cognitivo, que prediz que a mente humana tem uma tendência para escolher os estímulos e ativar as informações mais relevantes, processando-as de maneira mais produtiva; e um princípio comunicativo, que determina que o *input* deve ser relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento pela audiência. Para esse modelo teórico, os enunciados geram expectativas de relevância, porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana. Além disso, nas palavras dos autores: "A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante" (Sperber; Wilson, 2005, p.222).

Um pressuposto da teoria é o de que há compreensão quando a intenção comunicativa é alcançada, ou seja, quando a audiência reconhece a intenção informativa

(Sperber; Wilson, 2005, p.228). Dessa forma, a comunicação ocorre quando o comunicador proporciona evidências de suas intenções comunicativas e os ouvintes inferem essas intenções por meio das pistas dadas.

No processamento da linguagem, os falantes distinguem dois tipos de significados linguísticos: significados conceituais e significados processuais. O significado conceitual diz respeito a como os enunciados descrevem o mundo. O significado processual, a como os falantes relacionam os significados conceituais entre si.

Os autores postulam que uma informação é considerada relevante para alguém se houver interação com suposições já existentes sobre o mundo. Por meio dessa interação, ocorrem determinados efeitos cognitivos, que podem ser de três tipos: i) implicação contextual (suposição derivada da combinação de informações já existentes na memória com informações novas); ii) fortalecimento de suposições existentes (fortalecimento ou enfraquecimento de suposições, sem haver necessariamente uma informação nova derivada); iii) contradição/eliminação de suposições existentes (uma dentre duas suposições contraditórias, a mais fraca, é eliminada) (Sperber; Wilson, 2005, p.260). Em síntese, para essa teoria, a cognição humana relaciona os enunciados por meio de três tipos diferentes de raciocínio inferencial – um deles é a relação de conclusão, como será discutido.

Com base nessa classificação, Blakemore (2003), ao tratar especificamente de conectivos usados para ligar sentenças, afirma que existem na língua expressões ou estruturas que podem ser usadas para apontar um caminho inferencial. A ausência desses elementos leva a diferentes suposições, como no caso de (01):

(01) (a) *Henry can open Muriel's safe*. (b) *He knows the combination.* (Blakemore, 2003, p.4, adaptado de Hobbs, 1979)
Henry consegue abrir o cofre de Muriel. Ele conhece a combinação.

Para a autora, há duas maneiras de se interpretar essa sequência: a proposição em (b) pode ser uma premissa da conclusão em (a) ou pode ser uma conclusão da proposição expressa por (a). Em resumo, (b) pode ser tanto premissa como conclusão, ou seja, há ambiguidade que resulta da falta de um elemento com sentido que especifique a intenção do falante. Blakemore afirma que há expressões linguísticas que codificam a informação sobre qual procedimento inferencial produz a interpretação pretendida, como mostram (02) e (03):

(02) *Henry can open Muriel's safe.* **So** *he knows the combination.* (Blakemore, 2003, p.4)
Henry consegue abrir o cofre de Muriel. **Então** ele conhece a combinação.

(03) *Henry can open Muriel's safe.* **After all**, *he knows the combination.* (Blakemore, 2003, p.4)
Henry consegue abrir o cofre de Muriel. **Afinal**, ele conhece a combinação.

De acordo com a autora, no primeiro caso, há uma implicação contextual, enquanto, no segundo, há o fortalecimento de uma suposição existente, análise que encontra sustentação na classificação de Sperber e Wilson (1995). O exemplo (02) enquadra-se no que os autores denominam "efeito cognitivo de implicação contextual", ou seja, uma suposição derivada da combinação de informações já existentes na memória com informações novas, no caso, uma conclusão ("**So** *he knows the combination*") obtida a partir de uma premissa ("*Henry can open Muriel's safe*"). Já em (03), não há esse efeito cognitivo de implicação contextual, mas, com efeito, o fortalecimento de uma suposição existente, no caso, a ideia de que "*Henry can open Muriel's safe*" por meio da afirmação de que "**After all**, *he knows the combination*". É, portanto, o uso de elementos linguísticos (como *so* e *after all*, por exemplo) que leva a esses diferentes efeitos cognitivos, conforme sustenta Blakemore (2003), posição aqui defendida.[1]

Pela definição de Blakemore (2003), há uma implicação entre o ato que contém o elemento linguístico que expressa determinada relação e o ato enunciado anteriormente.[2] Assim, implicação é uma propriedade definidora da relação conclusiva.

Há três tipos de ocorrências com relação de implicação entre porções textuais, como mostram os exemplos a seguir, aqui retomados:

(04) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (Martelotta; Silva, 1996, p.228)

(05) Buda já dizia isso já dizia isso também... **então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (Risso, 1996, p.85)

---

1. Como já salientado, aqui não se trata de construções cuja ausência de elementos linguísticos leva a diferentes suposições, já que, para a GDF, só pertencem à gramática da língua os fatos linguísticos que têm codificação morfossintática ou fonológica. Assim, a relação conclusiva aqui discutida é sempre expressa por elementos gramaticais.
2. Note-se que o termo "implicação" para descrever a relação conclusiva é também mencionado por Pezatti (2002), Longhin-Thomazi (2006) e Risso (2006).

(06) tamanho das partículas...lá..na lei na equação da lei de #..o que que tá escrito?..que a velocidade de sedimentação..é diretamente proporcional ao quadra::do..do raio das partículas, ..ou seja qua::ndo..eu for..ver o tamanho das partículas do/do princípio ativo ali,..pra suspender,..pra fazer essa suspensão,..essa escolha tem que ser criterio::sa, ..as partículas que normalmente a gente vê em cinquenta micrômetros,..nós teremos que fazer uma micropulverização,..utilizar ultrassom,..devemos determinar no tamanho mé::dio dessas partículas..antes pra ter certe::za que elas ficam nesse intervalo,...eu poderia até estar fazendo uma # ergométrica. ..lembra da#?..pra ver o intervalo que as partículas ficam. ...tá **então** o tamanho das partículas..é muito importante (Alves, 2013, p 58)[3].

Como se vê, o que se tem denominado "conclusão" engloba diferentes tipos de implicações, ou seja, pode indicar consequência, como mostra (04); uma conclusão propriamente dita, como em (05); ou mesmo um resumo de um excerto anterior, como em (06).

O que na verdade essas construções têm em comum é o fato de todas indicarem implicação resultativa: consequência é o resultado de uma causa; conclusão, o resultado de uma inferência, e resumo, a síntese resultante de todo o discurso anterior. A essas três nuanças denomina-se aqui "relação conclusiva", ou seja, a relação conclusiva envolve três tipos de implicação resultativa que serão tratados separadamente.

Os exemplos a seguir, encontrados no *corpus*, ilustram essa classificação:

(07) mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha, **então** botam para, arrebentam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada (Bra80: ArteUrbana)

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

3. O símbolo # corresponde à pausa entre os enunciados.

(09) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?
A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
B **portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?
A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)[4]

Em (07), a consequência "então botam para, arrebentam com o negócio" é o resultado da causa "eles acham que coisa antiga é coisa velha"; em (08), a conclusão "portanto [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência" é resultado de uma inferência obtida a partir de "a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental"; em (09) o resumo "portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?" é a síntese resultante de "e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto".

Os exemplos (07) e (08) representam os tipos normalmente encontrados nas gramáticas e em estudos mais recentes, tratados como casos de conclusão, enquanto (09) raramente é mencionado. Nos dois primeiros, a relação se estabelece entre as duas orações, enquanto em (09), entre porções textuais maiores. Além disso, em (07), a relação de implicação ocorre entre uma causa e sua consequência; em (08)

4. A GDF considera como Participantes o Falante e o Ouvinte. Na proposta de Mackenzie (no prelo), o autor utiliza os termos Participante A e Participante B para situações dialógicas, denominação adotada neste trabalho. Para analisar as ocorrências dialógicas, em que há dois Falantes interagindo, recorre-se a esse texto, em que o autor apresenta uma expansão da GDF que, em sua concepção, não fere os fundamentos da teoria. O autor reconhece que a apresentação original não abrange situações de diálogo, mas muitos detalhes revelam a perspectiva interacional, como a nomenclatura "Nível Interpessoal", a alternância de Movimentos de iniciação e reação, as funções de Falante e Ouvinte etc. Doravante, serão usadas as formas "Falante", "Participante A" ou "Falante/Participante A" como equivalentes, assim como "Ouvinte", "Participante B" e "Ouvinte/Participante B".

entre uma premissa e uma conclusão, e, em (09), entre o texto e sua síntese. O primeiro será denominado relação conclusiva Consequência; o segundo, relação conclusiva Conclusão; e o terceiro, relação conclusiva Resumo.

3.2 Relação conclusiva Consequência

Vários estudos afirmam que, em uma relação conclusiva, a segunda oração contém uma consequência da primeira oração. Cunha e Cintra (1985), por exemplo, explicam que a conjunção conclusiva exprime conclusão ou consequência e dão, dentre outros, o exemplo (10), sem, no entanto, evidenciar se se trata de conclusão ou consequência:

(10) Ouço música, **logo** ainda não me enterraram. (Cunha; Cintra, 1985, p.582)

Nesse caso, o fato descrito na segunda oração ("ainda não me enterraram") não é uma consequência do que foi dito na primeira ("ouço música"). A relação aí existente não implica consequência, mas uma conclusão obtida por meio de uma inferência baseada em uma premissa implícita (debaixo da terra não se ouve som algum).

A definição de Martelotta e Silva (1996) é semelhante à desses gramáticos, pois o autor afirma que *então*, no exemplo (04), aqui retomado, tem função pragmático-discursiva de conclusão ao iniciar uma oração que expressa uma consequência em relação ao que foi dito anteriormente:

(04) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (Martelotta; Silva, 1996, p.228).

Evidentemente, "dar um fora curto e grosso" não se trata de uma conclusão com base na declaração anterior, mas uma consequência do fato de a garota ficar "reclamando e falando besteiras". Após a oração "Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras", há uma consequência, como o próprio autor define. No exemplo, há um fato que desencadeia outro, e não uma conclusão baseada em uma inferência.

A ideia de que a conclusão lógica é obtida a partir dos fatos ou conceitos expressos na oração anterior não resiste a uma análise mais cuidadosa. Não se pode afirmar que há lógica entre as orações, mas, assim como no exemplo (04), um

fato que resulta em outro. O Falante poderia optar por dizer que pretende pagar outro dia, ou que poderia pagar prestando algum tipo de serviço etc. Essa relação "lógica", na verdade, é uma relação de causa-consequência escolhida pelo Falante para formular seu objetivo comunicativo.

Mira Mateus et al. (1986) afirmam que, em uma relação conclusiva, há sempre uma relação de condição-consequência que assume um aspecto de causalidade, expresso pelos conectores *e, pois, portanto, por conseguinte, por consequência, por isso*, como no caso de (11), aqui retomado:

(11) Não choveu em Portugal em 1981, **por isso** houve seca (Mira Mateus et al., 1986, p.300).

Pode-se perceber que, em (11), "haver seca" é consequência de "não ter chovido em Portugal em 1981", como afirmam as autoras.

Ocorrências como (12) mostram que a relação que o Falante estabelece entre P ("essa sede actualmente é tida como mal-assombrada") e Q ("nós não temos muita vontade de ficar nela") é direta, já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial:

(12) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. **então**, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente (BRA 80-Fazenda).

Nesse exemplo, o Falante estabelece diretamente a relação de implicação entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial para emitir uma premissa implícita que faça a mediação entre a premissa explícita e o consequente. Pelo conteúdo, tanto a premissa quanto a consequência estão explícitas, em uma relação direta. Observa-se que, nesse caso, a relação se estabelece entre dois Conteúdos Proposicionais, em que o conteúdo expresso na segunda oração é o resultado do que é expresso na primeira. A relação ocorre no Nível Representacional, pois o que está em jogo é o modo como a língua descreve o mundo extralinguístico, como se pode verificar em (13):

(13) A O senhor podia dar um quadro assim como é que mais ou menos o senhor distribuiu o seu salário em relação a essas despesas?

B Eh distribuo o salário assim ... em termos ... o meu apartamento é próprio... **portanto** eu não pago aluguel (PB falado - D2-RJ-355:8)

O Falante apresenta uma descrição do mundo extralinguístico, uma vez que estabelece uma relação explícita entre "apartamento ser próprio" e " não pagar aluguel". Não há entre as duas proposições a mediação de uma premissa implícita. Essa relação direta ajuda a compreender o consenso quase geral dos gramáticos e pesquisadores de que há consequência lógica entre as orações. De fato, nesse caso, os conteúdos se combinam em uma relação de causa e consequência, como ilustra (14), aqui retomada:

(14) A Heloísa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada...
B abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.
A não conheço.
B é uma cidade que também tem muito coisas antigas. mas é uma tristeza, *as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha.* então *botam para, arrebentam com o negócio*, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada...
A sei.
B assim, sabe, no meio, uma coisa assim...
A ham, ham.
B tacar ladrilho nas casas que não têm nada a ver. mas eu acho que, pelo menos eu acho que, que lá já está havendo mais, dentro do povo mesmo, da gente do lugar, uma consciência maior do que aqui, o velho não é, o, quer dizer, o antigo não é velho.
A correcto. (Bra80: ArteUrbana)

Conteúdos Proposicionais são construtos mentais que se caracterizam por poder ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência). No caso de (14), o Falante está descrevendo o comportamento de algumas pessoas que moram em cidades históricas e, para exemplificar, constrói uma relação em que justifica sua avaliação, por meio de uma vinculação de causa e consequência, no caso, entre "achar que coisa antiga é velha" e "arrebentar com o negócio". As orações relacionadas constituem Conteúdos Proposicionais, evidenciados, na primeira, pelo verbo "achar" e, na

segunda, pelo verbo "arrebentar", que expressam uma avaliação do Falante. Há, na relação Consequência, a inserção de uma informação considerada relevante pelo Falante na finalização de seu raciocínio, em uma implicação resultante da informação anterior.

O mesmo ocorre em (15), em que o Falante justifica seu ponto de vista expressando a consequência de sempre ter tido uma irmã gêmea: "não saber o que é não ser gêmea", mostrando a relação de implicação conclusiva do tipo causa-consequência existente entre as duas partes:

(15) olha, n[...], não, eu, eu sou leiga para falar. leiga não, sou suspeita para fa[...], leiga eu não sou, nem um pouco, não é, eu sou suspeita para falar, porque eu tenho uma irmã gémea e porque foi assim des[...], *desde quando eu me conheço por gente, eu tenho uma irmã gémea,* então *eu não sei o que que é não ser gémea*, está vendo, aí é que está o xis da q[...], da coisa, da questão, sabe, então nossa, a nossa infância, eu achei que foi, foi sem problemas, foi superlegal, a gente sempre assim com um olhar, uma já sabia o que a outra estava pensando, o que, em relação a alguma coisa, inclusive minha mãe, sempre, a gente levava altos pitos da minha mãe, não é, porque a gente ficava dando risada da minha avó, assim, uma olhava para cara da outra e ria por causa de determinada coisa que minha avó fazia, sabe, então essa parte foi engraçada (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

Nesse caso, o Conteúdo Proposicional ("eu não sei o que que é não ser gémea") é evidenciado pelo verbo *saber*. Um Conteúdo Proposicional pode ser restringido por modificadores como *provavelmente, evidentemente, indubitavelmente, obviamente*, como em (16a):

(15a) eu tenho uma irmã gémea, então **obviamente** eu não sei o que que é não ser gémea.

Aqui, *obviamente* escopa "não saber o que não é ser gêmea", e não o fato de o Falante fazer essa afirmação. No Nível Interpessoal, há dois Atos, mas a relação ocorre entre os conteúdos expressos nas duas orações, ou seja, no Nível Representacional, entre dois Conteúdos Proposicionais. Isso pode ser verificado também em (16), cuja paráfrase com o modificador *logicamente* encontra-se em (16a):

(16) A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?

B sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. **portanto**, tinham tudo impecável. eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque têm muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão (PT97:BaseMilitar).

(16a) A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?

B sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. portanto, tinham tudo impecável, **logicamente.** eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque tem muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão (PT97:BaseMilitar).

Nesse caso, é permitido um modificador de Conteúdo Proposicional que evidencia a obviedade do que está expresso, que se baseia no julgamento pelo Falante de que ser cuidadoso implica ter tudo impecável.

Assim, na Função Consequência, descreve-se o mundo extralinguístico, ou seja, relacionam-se dois Conteúdos Proposicionais, em que o segundo explicita uma informação óbvia resultante da primeira informação.

Essa Função é codificada tanto pela conjunção *então* – como em (14) – e *portanto* – como em (16) – e a relação implicacional é feita diretamente, sem premissa implícita, como ilustra a Figura 3.1.

P ⟶ Q

Figura 3.1 – Esquema da Função Semântica Consequência

3.3 Relação conclusiva Conclusão

Retome-se a ocorrência (08):

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma

questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência (TL99:IdentidadePovo).

Nesse trecho, o Falante, a partir da oração "e a independência também é uma questão muito fund[...] fundamental", expressa a conclusão "**portanto** [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência". Essa relação entre as duas orações não se estabelece de forma direta, mas por meio de uma inferência implícita, no caso, "o que é fundamental não se vende".

Ao tratar do operador discursivo *então*, como assim o denomina, Risso (2006) usa o termo "implicatividade" para mostrar como se estabelece a relação conclusiva com *então*, como em (17), aqui retomado:

(17) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (Risso, 2006, p.454)

Como já demonstrado, a conclusão é resultado de dois atos de fala (um explícito e outro implícito) que sustentam a conclusão "isso não é novidade para ninguém". O termo "implicatividade" lembra uma relação resultativa, como se fossem duas proposições relacionadas entre si, mas, neste caso, não é possível dizer em sentido restrito que há implicatura direta entre a premissa e a conclusão, pois essa relação é inferida pelo Falante.

Risso afirma ainda que o uso de *então* em função conclusiva tem um valor de ação motivada, uma espécie de alavanca que se apoia no que foi dito para a progressão da informação; considera, no entanto, que sua atuação centra-se na apresentação de informações para sequenciar e estruturar segmentos tópicos, colocando menor valor na participação do elemento na estrutura interpessoal do discurso. A proposta aqui apresentada, entretanto, difere da de Risso, conforme será mostrado.

Como já apontado, Lopes et al. (2001) afirmam que estruturas como "P *portanto* Q", com sentido conclusivo, indicam um raciocínio inferencial em que P é a premissa e Q, a conclusão, como demonstra (18), aqui retomado.

(18) As luzes não estão acesas, portanto o João não está em casa. (Lopes et al., 2001, p.206)

Como já observado também, nesse tipo de construção há sempre uma premissa implícita (no caso, "luz acessa indica que há alguém em casa"), que deve ser

reconstruída pelo Falante, para se obter a conclusão de que "o João não está em casa". Percebe-se, assim, um padrão de ordenação: premissa – conclusão. Para as autoras, há uma relação do tipo causa/consequência que opera no nível do domínio epistêmico: o conector assinala que a proposição por ele introduzida é a conclusão (ou consequência lógica) de uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. A fim de explicitar melhor, as autoras propõem a seguinte paráfrase para a relação conclusiva: "o fato de o falante saber que P (ou acreditar que P, sendo P a premissa expressa) é a causa que o leva a asserir/concluir Q, dada a assunção de uma premissa genérica implícita" (Lopes et al., 2001, p.204). Dessa forma, há necessariamente uma dimensão pragmática nessa relação: a premissa expressa é uma certeza do Falante, e assim funciona como evidência que legitima a asserção da conclusão, obtida por meio de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita.

Ainda segundo Lopes et al. (*op. cit.*), há diferentes formas de a conclusão ser construída. Em (19), por exemplo, é o conhecimento prévio do Falante a respeito dos hábitos de Ana que leva à conclusão:

(19) A Ana está mal-humorada, **portanto** está fechada no quarto (Lopes et al., 2001, p.207).

A premissa omitida ("quando Ana está de mau humor, isola-se no quarto") constitui conhecimento "local", que pragmaticamente se pressupõe partilhado pelo interlocutor, mas que não integra o conhecimento enciclopédico sobre o mundo. Diferentemente, em (20), aqui retomada, é o conhecimento enciclopédico consensual que possibilita a conclusão:

(20) O João é muçulmano, portanto não bebe álcool (Lopes et al., 2001, p.207).

Como já apontado, Lopes et al. (2001) consideram que a conclusão, nesse caso, resulta de um conhecimento do Falante, a saber, que muçulmanos não bebem álcool. Dessa forma, tanto em contextos que exigem o conhecimento local como o enciclopédico, há uma dimensão pragmática, que envolve a referência ao universo de conhecimentos/crenças do falante.

Efetivamente, nas construções conclusivas desse tipo, há uma relação que opera no nível do domínio epistêmico (Sweetser, 1991), sendo a conclusão assinalada pelo conector uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com uma expressa, em que a primeira premissa constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão.

Com base nessa definição, em uma relação conclusiva do tipo de (08), anteriormente expressa, há pelo menos três elementos em sequenciação definida: uma premissa explícita, uma premissa implícita e a conclusão, como no caso de (19) e (20), aqui retomadas, que podem ser reconstruídas como em (19a) e (20a):

(18) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.

(18a) As luzes não estão acesas; luzes apagadas indicam ausência de pessoas, **portanto** o João não está em casa.

(20) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool.

(20a) O João é muçulmano; muçulmanos não bebem álcool, **portanto** João não bebe álcool.

Em uma relação conclusiva desse tipo, sempre haverá esses três elementos, sendo a premissa implícita reconstruída por meio da inferência.

Mackenzie (no prelo) considera que inferência é um tipo de conhecimento com papel importante nos processos cognitivos de uso da linguagem; salienta, no entanto, que não é um processo linguístico, mas parte da cognição generalizada, portanto não passível de análise no modelo de gramática com os quatro níveis linguísticos propostos pela GDF:

> Todos os outros tipos de memória – memória procedural para como fazer as coisas, incluindo falar e compreender, memória semântica ou enciclopédica para informações factuais ou memória episódica para experiências – são linguisticamente não específicas e assim, não devem ser representadas dentro dos quatro componentes da GDF. Interpretação, no sentido de derivação de um significado pessoal de um resultado de decodificação e reconstrução, envolve uma interação entre informações linguísticas e não linguísticas e assim também é um processo que se dá além do modelo. Inferência, finalmente, é um processo fundamental dentro da interpretação mas é, também, uma habilidade cognitiva mais geral: podemos inferir não somente de palavras mas também de gestos, expressões faciais e mesmo de estados do mundo (Mackenzie, no prelo)[5].

5. No original: *All other kinds of memory – procedural memory for how to do things, including speaking and understanding, semantic or encyclopaedic memory for factual information or episodic memory for experiences – are not specifically linguistic and thus should not be modelled within the four components of FDG. Interpretation, in the sense of the derivation of a personal meaning from*

A inferência pode acontecer por meios linguísticos mas também, como elencado pelo autor, por meio de gestos, expressões faciais, eventos etc. Em consonância com o autor, entende-se a inferência como uma habilidade cognitiva necessária para a interpretação de uma relação conclusiva, mas não se pretende abordar o processamento cognitivo dessa relação. Como já salientado, focalizam-se aqui os aspectos gramaticais que permitem o relacionamento entre ideias que se estabelecem em uma conclusão, no sentido que a GDF propõe, ou seja, considera-se como a relação conclusiva é feita dinamicamente nos processos linguísticos de formulação e codificação.[6]

Nesse tipo de relação conclusiva, nota-se sempre uma ordenação: a primeira oração é que permite expressar a segunda, como nos exemplos (18), (19) e (20), retomados a seguir:

(18) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.

(19) A Ana está mal-humorada, **portanto** está fechada no quarto.

(20) O João é muçulmano, **portanto** não bebe álcool.

Nos três casos, a primeira oração constitui uma premissa que encaminha o Ouvinte para uma implicação que corresponde a uma conclusão proposta pelo Falante, resultante de uma inferência. Trata-se, assim, de como o Falante conduz seu discurso de modo a alcançar seu propósito comunicativo, ou seja, é uma estratégia na organização do discurso, para atingir objetivos comunicativos.

O exemplo (08), retomado e ampliado, ilustra esse processo:

(08) A isto demonstra de que... este jovem soube amar, e dar-se à sua pátria.
B é verdade. os pais terão contribuído muito para isso, não acha?

---

the result of decoding and reconstruction, involves an interaction between linguistic and non-linguistic information and thus also is a process that lies beyond the model. Inference, finally, is a fundamental process within interpretation but it, too, is a more general cognitive ability: we can infer not just from words but also from gestures, facial expressions and even states of the world.

6. Isso não significa que, na descrição que aqui se apresenta, não se reconheça que, além do componente gramatical, há os demais componentes que interagem com a gramática: o Componente Conceitual, em que surge a intenção comunicativa de realizar uma conclusão; o Componente Contextual, em que serão armazenados os aspectos comunicativos que podem influenciar a gramática; o Componente de Saída, que traduz os aspectos fonológicos em elementos fonéticos. Trata-se aqui da análise do Componente Gramatical, foco de estudo da GDF.

A é. eu creio que sim. isto é o resultado da contribuição dos pais. os pais é que contribuíram tanto
B hum.
A durante esta ocupação para que hoje em dia os filhos tornam assim. se não fossem os pais, pronto, não fossem os pais, os filhos nunca tiveram ou, não teriam que ser como agora
B Pois
A são, não é,
B pois. porque, porque já nasceram, já cresceram debaixo da influência da
A Sim
B da Indonésia
A é
B eh, politicamente, a Indonésia tem sempre arranjado estratégias ou, diplomaticamente, ela tem que jogar assim.
A hum, hum.
B mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. *e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental.* portanto *nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência* (TL99:IdentidadePovo).

Nota-se que o Participante B quer conduzir seu discurso para mostrar que o povo timorense nunca venderia sua liberdade e independência e, para mostrar essa implicação e encaminhar a conclusão pretendida, de forma estratégica, ordena os enunciados, colocando primeiramente a premissa explícita "independência é fundamental", para, a seguir, colocar a conclusão, com base na inferência de que "o que é fundamental não é vendido". A ordenação dos enunciados é estrategicamente usada para alcançar o propósito interacional.

Assim, nessa relação conclusiva, o propósito do Falante é o de mostrar ao Ouvinte que sua conclusão não é aleatória, mas tem base em um raciocínio inferencial. O Falante coloca o primeiro Ato como premissa para a conclusão expressa no Ato seguinte, como em (21):

(21) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é,

B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
A eh, é também cansativo, não é,
B bastante. em janeiro descansa-se (PT95:SaberVender).

Nessa ocorrência, o Ato Discursivo "diz que vende artigos de decoração" serve como base para a conclusão expressa no próximo Ato, "esta época agora é uma época de grande ocupação para si", a partir da inferência de que "no Natal há uma grande procura por artigos de decoração". Em síntese, uma Conclusão ocorre entre uma ideia P e uma ideia Q, sendo perceptível a relação entre as duas por meio de inferência. Em casos como (21), o que está em jogo é uma construção em que o Falante utiliza determinadas estratégias para levar o Ouvinte a concluir Q a partir de uma inferência, e assim conduz à conclusão, em uma estrutura $P \rightarrow Q$. Percebe-se que a relação conclusiva proposta pelo Falante "esta época agora é uma época de grande ocupação para si" não guarda vinculação explícita com "diz que vende artigos de decoração". O Falante recorre a uma premissa para criar a relação de implicação. Note-se que esse nexo não é direto, não está expresso, mas implícito, e precisa ser recuperado pelo Ouvinte por meio de raciocínio inferencial. Essa inferência, como já salientado, é uma habilidade cognitiva necessária para a interpretação, mas não é um processo linguístico.[7]

No caso das construções conclusivas desse tipo, a relação que se estabelece passa sempre por uma premissa implícita, que deve ser inferida a partir do conhecimento do Falante, como em (08), retomada:

(08) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência (TL99:IdentidadePovo).

Em (08), o Falante coloca como ponto de partida a premissa explícita "independência é uma questão fundamental" e, por meio da inferência de que "o que

7. A construção da inferência não será aqui analisada, já que este estudo trata de aspectos gramaticais, no sentido da GDF, ou seja, os elementos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos de uma língua.

é importante não se vende", apresenta a conclusão "nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência"[8]. Note-se que não é consequência ou efeito do conteúdo da afirmação anterior. Nesse caso, "independência é uma questão fundamental" e "nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência" constituem dois Atos Discursivos que se relacionam.

Um Ato Discursivo, como já descrito, é a menor unidade de comportamento comunicativo (Kroon, 1997) e a unidade de análise da GDF. Essas unidades linguísticas podem ser restringidas por modificadores dessa camada, como no caso do uso da expressão "caramba" (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.64), como em (08a) e (08b), que expressa a indignação do Falante referente ao Ato:

(08a) independência é uma questão fundamental, **caramba**!

(08b) nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência, **caramba**!

Assim, a relação de conclusão entre Atos Discursivos ocorre na camada do Nível Interpessoal, já que diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte. A camada do Ato Discursivo, como observado, pode apresentar uma Função, uma estratégia gramatical para relacionar duas unidades da mesma camada. No caso da relação conclusiva, ao segundo é atribuída uma Função.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.52), a relação entre Atos que compõem um Movimento pode ser de equipolência ou de dependência. No caso da equipolência, os dois Atos têm o mesmo estatuto comunicativo, enquanto na dependência há uma relação de desigualdade entre os Atos, sendo um Nuclear e um Subsidiário, e este último mantém uma correlação temática com o ato Nuclear. Em (08), o Ato "independência é uma questão fundamental" é o Nuclear, e "portanto nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade" é o Ato Subsidiário. Dessa forma, há uma relação de desigualdade entre os Atos, pois o segundo Ato tem relação de dependência do primeiro, já que é sua conclusão. Na relação conclusiva, o Ato Nuclear dá suporte para a conclusão, extraída de uma inferência e expressa no Ato Subsidiário, relação que ocorre no Nível Interpessoal.

---

8. O trecho "mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina" constitui o que Garcia (2010) classifica como concessiva independente e Jubran (1996), como inserção parentética, que interrompe o fio discursivo em um contexto, para inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, mas não têm dependência sintática nem semântica de nenhuma oração. Dessa forma, podem ser subtraídas do contexto sem prejuízo para a continuidade da estrutura, havendo, no entanto, perda de estratégia do Falante. Aqui, para mostrar a relação entre os Atos, consideraremos apenas o Ato Nuclear e o Ato Subsidiário conclusivo.

Como já observado, a relação conclusiva entre esses dois Atos tem uma natureza proposital, denominada estratégia retórica, relacionada aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante, e também às propriedades formais de enunciados que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante.

Em resumo, no caso desse tipo de relação conclusiva, pode-se observar que: i) representa uma estratégia de organização do discurso, já que as unidades linguísticas são apresentadas visando ao alcance do propósito comunicativo; ii) constitui uma ação por parte do Falante para atingir seus propósitos comunicativos na interação; iii) trata-se de uma relação entre Atos, em que o Ato Subsidiário apresenta uma conclusão a partir do Ato Nuclear, por meio de uma inferência; iv) há uma ordenação dos Atos Discursivos, pois, iconicamente, se apresenta a premissa seguida da conclusão.

Tais propriedades indicam tratar-se de uma Função Retórica, o que permite propor o acréscimo de uma nova função, a Função Conclusão, como mostra o exemplo (21), retomado, seguido da formalização:

(21) Vende artigos de decoração, **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si.
(MI: [(AI: - vende artigos de decoração- (AI)) (AJ: - esta época agora é uma época de grande ocupação para si - $(AJ))_{Concl}$] (MI))

Assim, essa relação pode ser representada como A1+ A2**Φ**, em que **Φ** marca a Função, nesse caso, Conclusão, estabelecida pelas conjunções *então* e *portanto*, da mesma forma que na Função Consequência

Em (22), o Ato1 "há operários que não ganham (isso) em toda a vida" é o Ato Nuclear, e o Ato2 "eles que não venham com essas desculpas" é o Ato Subsidiário ao primeiro, com a Função Retórica Conclusão:

(22) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
B claro.
A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
B exactamente.

A **portanto**, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal (PT97:DesportoDinheiro).

Funções retóricas, como é o caso em tela, são sempre relacionais e se aplicam a Atos Discursivos dependentes, denominados Subsidiários. Dessa forma, a Função Conclusão abrange os dois Atos, em uma relação de dependência em que o Ato que contém a conclusão depende do Ato anterior. No entanto, isso não tem ligação com o *status* informativo de cada Ato. Note-se que o Ato que contém a conclusão tem maior relevância comunicativa, ou seja, em (22), por exemplo, o Ato "portanto, eles que não venham com essas desculpas" é aquele que o Falante deseja destacar. Apesar de ser Ato Subsidiário, dependente do Nuclear, é justamente o que configura a intenção do Falante de estabelecer a conclusão. Assim, o fato de ser Nuclear ou Subsidiário não significa relevância maior ou menor do Ato, mas uma relação de ordenação dos elementos.

Como proposto, com base em Lopes et al. (2001), em uma relação de conclusão há sempre uma premissa P e uma conclusão Q, formada por um esquema inferencial defectivo, já que uma das premissas não está explicitada. A relação conclusiva induz à reconstituição da premissa implícita, por meio de uma inferência dedutiva. Dessa forma, há sempre um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita, como já demonstrado. Na Função Conclusão, a relação implicacional se estabelece de forma indireta, como ilustra a Figura 3.2, em que P1 corresponde à premissa explícita; P2, à premissa implícita; e Q, à conclusão:
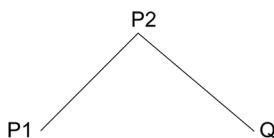
Figura 3.2 – Esquema da Função Retórica Conclusão

3.4 Relação conclusiva Resumo

Retome-se a ocorrência (09):

(09) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?

A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*

B portanto *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*

A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo (PT95:JuventudeOntemHoje).

Observa-se, nesse caso, que a relação conclusiva não se estabelece entre orações, mas entre toda a fala de A ("e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto"), composta de várias orações, e a pergunta de B ("portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais"). Observa-se que a pergunta de B sintetiza a fala de A.

Nessa ocorrência, a fala do Participante B é uma contribuição que impulsiona o discurso e contribui para a relação interpessoal, o que a identifica, de acordo com a GDF, como um Movimento, constituído por um ou mais Atos Discursivos. Depois de ouvir toda a explanação da Participante A a respeito de como seus filhos a tratam (um Movimento), o Participante B inicia um novo Movimento em que pretende resumir toda a explanação de A, na forma de uma pergunta que, por sua vez, impulsiona a abertura de outro Movimento.

Indicação de que essa relação é estabelecida entre Movimentos é a aceitável inserção de expressões como "para encurtar a história", que permitem verificar que a conclusão foi obtida a partir da realização da fala do outro, como na paráfrase em (09a), com a devida adaptação à Ilocução Interrogativa do Ato:

(09a) **Para encurtar a história**, acha que os seus outros filhos a respeitam mais?

Aqui, a paráfrase com a expressão "para encurtar a história" revela que o Participante B, para sumarizar a descrição efetuada por A, anuncia o Ato interrogativo "acha que os seus outros filhos a respeitam mais?".

No Movimento anterior a "portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?", há várias marcas de fechamento: a repetição de itens que indicam o reforço da opinião, o ralentamento do tema ("mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto") e uma pausa longa.

Essas marcas de fechamento do Movimento deixadas por A indicam que o Participante B pode iniciar um Movimento; no caso anterior, B resume a fala de A: "acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais". Assim, ao final do Movimento iniciado por A, há um Movimento realizado por B que tem a função de concluir resumidamente algo a respeito do que disse A, o que pode ser representado como M1+ M2**Φ**, em que **Φ** marca a Função Resumo.

O mesmo se verifica nas ocorrências em que é o próprio Participante que expressa a conclusão na forma de um resumo, como em (23), a seguir:

(23) eh, portanto, eh, eu, da forma em que eu vivi, não é, já estando num, num, portanto, num órgão assim de informação, eu poderei comentar a minha vida a muitos daqueles que também vive a me[...], a mesma situação. portanto, eu não roubei, não é, e eu espero que muitos jovens também não roubam ao, ao, portanto, ao quererem recomeçar a vida, não é, **então**, é essa a mensagem que eu pretendi e pretendo, pelo menos ainda, dar a conhecer às pessoas, não é? (Ang97:JovemGaspar)

Nesse caso, após o Ato "**então**, é essa a mensagem que eu pretendi e pretendo, pelo menos ainda, dar a conhecer às pessoas", que resume a explanação anterior, há o Ato Interativo "não é?", uma das marcas de encerramento de um Movimento. Trata-se de um exemplo claro do efeito perlocucionário característico do Movimento, mencionado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p.50), em que um Movimento gera outro, e assim sucessivamente. O Movimento 1 é primeiramente expresso e, na sequência, inicia-se o Movimento 2, resumo da explanação do Movimento anterior. A relação ocorre no Nível Interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. Dessa forma, a relação ocorre entre dois Movimentos: o Movimento 1 é suporte para o Movimento 2, que resume o primeiro.

O próprio Falante, em (23), resume sua conclusão, mas, como mostrado, há ocorrências em que a relação é estabelecida pelo Participante B. Também nesses casos é comum a existência de Atos Interativos, como "não é?", ou expressões como "isso sugere", em (24), ou "digamos", em (25), que reforçam o caráter interpessoal desse tipo de relação conclusiva, já que evidenciam a preocupação do Participante em verificar se a conclusão a que chega, a partir da asserção do outro Participante, é de fato coerente.

(24) A eh, saudades. nostalgia dos anos cinquenta, não sei. porque a gente nova também está, está a voltar muito ao, a, a essa época.

B pois

A eu tenho dois filhos jo. vens e eles ouvem a música que nós ouvíamos.
B pois. um certo romantismo, talvez
A romantismo também, sim.
B em contraste com, com um certo, uma certa crueza que há agora.
A com a agressividade que há. sim.
B pois. e então as pessoas voltam-se um pouco
A voltam mais para o... para o romântico. mais calma, mais tranquilidade
B **então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é? (PT95:SaberVender)

(25) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
B hum, hum.
A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
B pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
A pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
B e achas que as pessoas nas freguesias veem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
A ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo, suponho que
B hum, hum
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não
B é,
A algumas...
B precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...

A a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
B ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
A hum, hum.
B é, é...
A **portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...
B ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem (PT96:MeioPequeno).

Contextos como (24) e (25) deixam transparecer o princípio de Cooperação, proposto por Grice (1975). Nesse caso, o Participante A apresenta ideias que serão retomadas pelo Participante B na forma de resumo para concluir sinteticamente o assunto, o que pode ser considerado como válido por A. Os Participantes, então, assumem a conclusão como válida e continuam o processo de interação de forma evidentemente integrada, revelando a afinidade entre os discursos. Em (26), toda a descrição feita por A é usada para concluir que "aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater", e, na sequência, o Participante B concorda com a conclusão "absolutamente! acho que sim".

Risso (2006) considera que ocorrências desse tipo mostram de maneira evidente como a interação é um fenômeno efetivamente colocado em prática pelos Falantes, a ponto de o Participante B compreender a fala de A e poder até resumi-la. A autora, ao tratar de *então* como operador argumentativo, afirma que é comum um interlocutor direcionar a argumentação, principalmente em contextos altamente interativos, expressando conclusões respaldadas na fala do outro.

Mackenzie (2011) afirma que, em situações de diálogo, pode ocorrer:

> um processo de acomodação linguística mútua em que os interlocutores vêm a sentir um tipo de intimidade comunicativa, que se reflete em repetições, paralelismos, formulações compartilhadas, coincidências nas escolhas lexicais, preferências morfossintáticas e realizações prosódicas ou fonológicas idênticas, assim como no fenômeno de um parceiro completar o enunciado do outro ou de uma falante não completar um enunciado porque o ouvinte obviamente já o percebeu (Mackenzie, 2011, p.19).

Dessa forma, percebe-se que a relação conclusiva desse tipo pode ser estabelecida pelo próprio Falante ou pelo outro Falante. Para a discussão em foco, im-

porta verificar que há o propósito comunicativo de apresentar uma síntese do Movimento anteriormente apresentado, seja pelo próprio Falante/Participante A, seja pelo Ouvinte/Participante B.

As duas unidades que compõem a Função Resumo são Movimentos independentes, o que extrapola as camadas propostas pela GDF, visto que não há camada mais alta que o Movimento. Nesse modelo, a unidade máxima que abriga esse tipo de relação entre duas unidades linguísticas é o Movimento, formado por Atos Discursivos. Os autores postulam que Movimentos podem ter funções, mas não discutem essa questão, justificando que a teoria não trata de camadas mais altas que o Movimento (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.52)

No entanto, como afirma Mackenzie (2013, em comunicação pessoal[9]), esse limite proposto pela teoria não exclui a existência de relações gramaticalmente relevantes, desde que haja um efeito no Nível Morfossintático ou no Nível Fonológico.

Como foi demonstrado no exemplo (09), mais especificamente, há diversas marcas de fechamento do Movimento, como repetições que mostram o ralentamento do tema, presença de Atos Interativos e pausa longa. Além disso, no final do Movimento do Participante A, há um operador de queda na última sílaba do Enunciado Fonológico, seguido de uma pausa longa, com duração de mais de um segundo. Já no início do segundo Movimento, o elemento "portanto" é realizado sem perda de material fonético ([puɾtɐ̃tu]). Essa realização prosódica completa é um indício da nítida separação entre os Enunciados Fonológicos que compõem os dois Movimentos, visto que o Falante faz uma pausa antes de iniciar o próximo enunciado. Já a realização fonética reduzida (por exemplo, [ptɐ̃tu]) indica maior integração entre as unidades prosódicas que compõem o Ato Discursivo, sem pausa longa, com duração suficiente para indicar separação maior entre os constituintes. [10]

Como observado, esse tipo de relação não é tratado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Stassi-Sé (2012), no entanto, seguindo o modelo da GDF, propõe que casos assim apresentam relação de dependência entre Movimentos, já que contribuem para a relação interpessoal.

A definição de Movimento pode parecer simples, mas em contextos mais amplos, as unidades linguísticas não são de tão fácil delimitação, como se pode

9. Tema discutido com o Prof. Dr. Lachlan Mackenzie, coorientador desta tese durante o Programa de Doutorado Sanduíche realizado no Instituto de Linguística Teórica Computacional (ILTEC), em Lisboa, no período de abril a setembro de 2013.

10. No capítulo seguinte, encontra-se uma descrição mais pormenorizada das propriedades fonéticas e fonológicas da relação conclusiva, além das morfossintáticas. A breve descrição aqui iniciada destaca o fato de que há uma codificação gramaticalmente relevante na relação entre os dois Movimentos que compõem a relação conclusiva.

perceber no exemplo a seguir, em que é mais complexo delimitar início e fim de um Movimento:

(26) aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente. então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, como eu te falei vira uma família, a escola. **então** foi gostoso (Bra80:Festa de Estudantes).

Os autores da GDF, como já mencionado, indicam que um critério para perceber os limites do Movimento no texto falado é a entonação, que marca o fim dessa unidade por meio de um operador de queda e um tom final de fronteira. Stassi-Sé (2012) pontua mais alguns critérios para se compreender melhor o conceito de Movimento (os grifos são da autora):

i) abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada por vezes por Atos Interativos como s*abe?*

(27) o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico que não se foi, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse "vamos a Minas" aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. depois fomos a São João del Rei e Tiradentes. é o que eu te disse que adorei, mas adorei! porque eu gosto muito de coisa antiga, **sabe?** (Bra80)

ii) retomada do fio discursivo interrompido pela inserção do Movimento, como se observa em (28) com a repetição do segmento "como eles valorizam":

(28) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim **como eles valorizam** aquela cidade, como eles, *embora*

Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?, você vê **como eles valorizam**, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil:SurpresasdaFotografia).

iii) presença de Atos Interativos, operadores e modificadores de Movimento no início ou no final do Movimento, como o primeiro então, em (29), que introduz o Movimento:

(29) -> **então**, *como eu estava falando*, **então,** no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa (Bra80:MundoDireito).

iv) presença de pausa e distinções de tessitura nas fronteiras do Movimento, que ajudam a marcar o fim de um enunciado e o começo de outro, como no trecho destacado, em que há pausa e rebaixamento da tessitura no Ato "se eu posso dizer":

(30) ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **#** *se eu posso dizer***#,** *porque, eh,* eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua).

Segundo a autora, a pausa, a mudança de tessitura e a abertura para reação por parte do interlocutor acontecem sempre simultaneamente no Movimento. Dessa forma, as ocorrências de (27) a (30) exemplificam uma relação entre Movimentos (e não apenas entre Atos Discursivos) e assim faz-se necessária uma nova camada no Nível Interpessoal que abrigue casos assim.

Para Stassi-Sé, as relações que se estabelecem entre Movimentos são semelhantes às Funções Retóricas atribuídas aos Atos Discursivos. Assim, considera que devam ser tratadas também como funções, mas atribuídas a Movimentos. A título de exemplificação, considere-se (31), dado pela autora:

(31) A e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.
B - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é, porque **em casa normalmente é a mulher que trabalha...**
A ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
B hum, hum.
A por isso não pode ser só da parte de uma pessoa, o trabalhar em casa (PT96:MaridoIdeal).

Nesse caso, há dois Movimentos relacionados: "hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é?" e "porque em casa normalmente é a mulher que trabalha", por meio de uma função que introduz um novo assunto no discurso, estabelecida pela forma "porque". O mesmo vale para ocorrências com *apesar de*, em (32), e *se,* em (33), todas com relação entre Movimentos:

(32) eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada mas tinha tudo o resto ao pé - eh, então odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar (Ang97:Meninos de Rua).

(33) porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, proMovimentor a vida e os direitos da criança com vista a sua autonomia na sociedade e a sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, se **eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso (Ang97:Meninos de Rua).

Para esses casos, a autora propõe a expansão da análise do plano da relação entre Atos para o plano da relação entre Movimentos, redimensionando

o Nível Interpessoal (já que as ocorrências de que trata ultrapassam a camada do Movimento). De acordo com Stassi-Sé (2012), há que se acrescentar ao Nível Interpessoal uma camada mais alta do que a do Movimento, a camada do Discurso, que representa a relação entre dois ou mais Movimentos, formando, assim, uma unidade discursiva mais abrangente, que se realiza no Nível Morfossintático como a camada do Texto, também proposta pela autora. Nessa camada, os Movimentos podem receber funções que a autora denominou Funções Interacionais.

Seguindo a proposta de Stassi-Sé (*op. cit.*), propõe-se aqui o mesmo tipo de análise para a relação conclusiva entre Movimentos adjacentes: o primeiro contém uma explanação de determinado assunto e o segundo resume todo o conteúdo explanado, na forma de uma relação conclusiva resumitiva, com função interacional que pode ser assim representada no modelo da GDF:

∏M1: [(∏A1)FUNÇ (∏A2)FUNÇ ...]
(**M1**))**FUNÇ** ((∏M2: [(∏A3)FUNÇ (∏A4) FUNÇ ...] (**M2**))**FUNÇ**

Retomando o trecho do exemplo (09), o Falante B resume, por meio do Movimento "**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?", toda a explanação de A:

(09) A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*
B ***portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*

Essa mesma função de *portanto* pode ser observada na ocorrência (25), aqui retomada, em que o Participante B, por meio do Movimento "portanto digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater", faz uma conclusão que resume toda a explanação feita até então e, na sequência, o Participante A concorda com a conclusão "absolutamente! acho que sim":

(10) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
B hum, hum.

A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima. - pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
B pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
A e achas que as pessoas nas freguesias veem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
B ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo suponho que
hum, hum.
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,
B algumas...
A precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
B a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
A ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
B hum, hum.
A é, é...
B **portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater
A ah, **absolutamente! acho que sim**. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de... (PT96:MeioPequeno)

Propõe-se assim nova Função Interacional, a que se denomina Resumo, caracterizada por marcar uma relação de implicação entre uma explanação e a síntese que resulta dessa, cujo esquema pode ser representado na Figura 3.3:
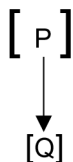
Figura 3.3 – Esquema da Função Interacional Resumo

Como se pode perceber, o modelo teórico da GDF permite estabelecer uma nítida distinção entre os três tipos de relação conclusiva: a relação conclusiva denominada Resumo ocorre entre Movimentos, no Nível Interpessoal; a Conclusão, entre Atos Discursivos, também no Nível Interpessoal; por fim, a Consequência, entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional.

As propriedades de cada um dos três subtipos de relação conclusiva são descritas no próximo capítulo.

4
Propriedades da relação conclusiva no português

A GDF postula que as regras de um sistema são instrumentos a serviço das intenções do Falante, que interage com o Ouvinte, por meio da expressão linguística. O Falante, a fim de atingir seus propósitos comunicativos, organiza a expressão linguística da maneira que considera mais adequada, a partir da avaliação que faz da informação pragmática do Ouvinte.

Esse processo, como demonstrado no capítulo anterior, fica muito evidente na relação conclusiva, pois o Falante escolhe, dentre três possibilidades, aquela que melhor reflete sua intenção de estabelecer uma conclusão, seja no Nível Interpessoal, por meio de Movimentos ou Atos Discursivos, seja no Nível Representacional, por meio de Conteúdos Proposicionais. Neste capítulo, são descritas as propriedades de cada uma dessas possibilidades na língua portuguesa.

Um pressuposto da teoria, como já descrito, é a separação entre os processos de Formulação (configurações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional) e Codificação (configurações morfossintáticas, no Nível Morfossintático, e configurações fonológicas, no Nível Fonológico).

Neste capítulo, a fim de respeitar o modelo descendente da GDF, a análise descreverá primeiramente as relações conclusivas que ocorrem no nível e camada mais altos, ou seja, a Função Interacional Resumo e a Função Retórica Conclusão, para depois tratar da relação conclusiva que ocorre no Nível Representacional, a Função Semântica Consequência. Reflete-se, dessa forma, a ordem das ações estratégicas efetuadas pelo Falante na descrição das relações entre as camadas e níveis na relação conclusiva.

4.1 Propriedades da Função Interacional Resumo

A Função Resumo é exemplificada em (01):

(01) A o senhor não se importaria se ela trabalhasse?
B olha, eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro.
A por quê?
B por quê?
A por quê? porque, pensa bem! quanto é que ganha uma empregada? quanto é que uma empregada de casa de família quer ganhar hoje em dia?
B por quê?
A por quê?
B vinte mil, não é,
A mais...
B pô! vin[...], vinte mil, eu pago à, à primeira que chegar aí
A está muito mais, Gerson! está trinta, quarenta...
B então, ela iria ganhar o quê? salário mínimo? vinte e poucos mil cruzeiro. e eu iria pagar de empregada trinta e cinco. para quê? para ver a minha mulher, na rua, recebendo os cochicho, cantadas, que qual é a garota que não recebe uma cantada? qual é a mulher que não recebe uma cantada? daqui ao mercado ela recebe trinta cantadas, no mínimo! no mínimo, cara! é! sabe, daqui ao mercado, ali, a quinhentos metros, ali...
A mas o senhor também recebe!
B eu recebo nada! eu dou as minhas cantadas, se colar, colou; se não colar, saio fora. mas o, o negócio é esse, cara! sabe, não, eu...
A **então** a preocupação é essa, com as cantadas?
B não, não é, não é as cantadas. é que ela não vai ganhar o suficiente para cobrir uma pessoa que fique no lugar do meus fi[...], lugar dela, dentro de casa. e não vai criar meus filhos do jeito que, que ela cria, está, e muita coisa mais! muitas coisas mais (Bra80:CriarFilhos).

O Nível Interpessoal representa as unidades linguísticas em termos de sua função comunicativa, considerando a interação entre Falante e Ouvinte. No caso de (01), o Participante A resume uma série de Movimentos anteriores no Movimento "**então**, a preocupação é essa, com as cantadas?", por meio do qual estabelece a conclusão de que o Participante B se preocupa com as cantadas que a mulher irá receber caso ela vá trabalhar, com base na explanação de B sobre os motivos pelos quais não quer que a esposa trabalhe.

A relação se estabelece entre Movimentos, cada um contribuindo autonomamente para a interação contínua e possibilitando uma reação do Ouvinte ao ato de fala, que assim produz outro Movimento, e assim sucessivamente, como postulam Hengeveld e Mackenzie (2008, p.50).

Também no caso de (02), o próprio Falante resume os Movimentos anteriores em um único Movimento: "**portanto**, quer a s[...], a escola secundária, quer o ensino universitário são relativamente tardios".

(02) Bom, formada, depende do que você entende por formada, porque, escola secundária, como digo, abriu ess[...], abriu o liceu em mil novecentos e dezanove e os s[...], o seminário continua a ser uma escola secundária que serviu de formação para muita gente que, que evidentemente nunca chegou a ser padre, porque a maioria dos que frequentaram o seminário não foram padres, mas ficaram com a sua escolaridade de nível secundário. mas eu... acho que, talvez hoje já não se lembrem bem, que a primeira instituição de carácter superior, tirando uma vaga escola médico-cirúrgica do século dezanove que nunca funcionou para formar gente aqui, a primeira instituição de ensino superior foram os Estudos Gerais Universitários, que foram em mil novecentos e sessenta e três. esta colónia, ao contrário de colónias vizinhas, não teve inst[...], eh, qualquer instituição de ensino superior até mil novecentos e sessenta e três. e aí eram os Estudos Gerais Universitários de Angola, dependentes da universidade portuguesa, que em mil novecentos e sessenta e oito se converte em Universidade de Luanda, portanto para toda a colónia, tendo as suas, as suas dependências, também, eh, no Huambo e no Lubango. mas de qualquer forma convém também recordar que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial. Direito nunca houve, Arquitectura nunca houve, todos os cursos chamados de Letras não tinham licenciatura, tinham apenas nível de bacharelato. Antropologia nunca houve, Sociologia nunca houve, eh, Filosofia, se não contarmos com a opção seminário, portanto, que tem, como sabe, Filosofia e Teologia na sua formação, eh, nunca houve. quer dizer que não só foi uma universidade tardia, como limitada, e com muitas reservas desde, desde o início, e que [...], e que nunca chegou a tomar desenvolvimento pleno antes da independência, não é, e que foi feita, criada, sobretudo na altura para satisfazer a grande corrente de emigração branca que tinha aumentado muito a população de origem europeia na colónia, que começava evidentemente já a reivindicar a formação na colónia para os seus filhos. o que não quer dizer que alguns angolanos, das mais variadas origens, não tenham também apanhado já

esses estudos universitários. mas, é bom termos a percepção que o ensino universitário em Angola aparece muito tarde. e estou a comparar com as outras colónias africanas, não estou a querer comparar com mais nada. **portanto**, quer a s[...], a escola secundária, quer o ensino universitário são relativamente tardios. é uma caracterização, infelizmente, nossa, do nosso passado, como colónia, nós e as outras colónias portuguesas, um atraso grande no domínio educacional. e os números são muito elucidativos, eh, quando se compara os números do ano setenta, setenta e três, com, por exemplo, os números de setenta e sete, percebe-se o que foi a explosão escolar pós-independência, pode-se mesmo dizer explosão escolar pós-independência, que realmente os dados mostram (Ang97:EnsinoAngola).

Uma diferença entre essas duas ocorrências de Função Conclusiva Resumo é a Ilocução do Ato Discursivo do Movimento que introduz a conclusão: Interrogativa, em (01), e Declarativa, em (02). Casos como (01), no *corpus*, ficaram restritos às situações em que o Participante B estabelece uma conclusão a partir do Movimento expresso por A, e, numa tentativa de não ser categórico (afinal, pode ser que a conclusão não esteja autorizada ou não seja a intenção do Participante A), usa esse tipo de Ilocução para confirmar se a conclusão está correta, e, dessa forma, proteger sua face. Goffman (1967) relaciona a proteção de face com valores sociais positivos que uma pessoa alega de si mesma durante o processo de interação, como uma imagem que favorece sua aprovação social. Funciona como estratégia de defesa de sua conduta ou opinião. Por meio de expedientes como esse, o Falante evita ser mal interpretado. Já em (02), com a Ilocução Declarativa, o Falante simplesmente expressa uma conclusão com base em suas próprias considerações, não vendo necessidade de usar mecanismos de proteção de face como no caso anterior.

Também com o propósito de proteger sua face, em (03), aqui retomada, o Falante usa a expressão *digamos*, como forma de mitigar sua conclusão de que as diferenças entre campo e cidade estão desaparecendo:

(03) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou

B hum, hum.

A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.

B pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,

A pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
B e achas que as pessoas nas freguesias veem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
A ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo, suponho que
B hum, hum
A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
B pois! porque as pessoas não percebem
A sim, sim.
B depois, não é,
A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não
B é,
A algumas...
B precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
A a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
B ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
A hum, hum.
B é, é...
A portanto *digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...*
B ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem (PT96:MeioPequeno).

Após discutir sobre as diferenças e semelhanças entre a vida na cidade e a vida no campo, o Participante A formula a conclusão "**portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...", mas modaliza sua afirmação por meio da forma *digamos*, para demonstrar que faz uma suposição a respeito da informação dada por A, evitando assim ser interpretado como inconveniente.

O mesmo mecanismo linguístico pode ser observado (04), em que o Participante B encerra o Movimento com o Ato Interativo "não é?":

(04) A eh, saudades. nostalgia dos anos cinquenta, não sei. porque a gente nova também está, está a voltar muito ao, a, a essa época.
B pois.
A eu tenho dois filhos jovens e eles ouvem a música que nós ouvíamos.
B pois. um certo romantismo, talvez
A romantismo também, sim.
B em contraste com, com um certo, uma certa crueza que há agora.
A com a agressividade que há. sim.
B pois. e então as pessoas voltam-se um pouco
A voltam mais para o... para o romântico. mais calma, mais tranquilidade
B **então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é? (PT95:SaberVender)

A presença de Atos Interativos é um traço que marca o final de um Movimento e é uma marca na Função Interacional Resumo, já que ocorrem, na maioria dos casos, Atos Interativos ao final do Movimento. A intenção do Participante B, nesses casos, é a de verificar se o Participante A concorda com a conclusão. Além disso, o Participante usa o verbo *sugere*, também para atenuar sua afirmação.

Esses Atos que compõem a relação conclusiva correspondem, no Nível Representacional, a Conteúdos Proposicionais, como no caso de (04), em que o verbo *sugere* indica tratar-se de uma construção mental do Falante, já que revela sua atitude proposicional em relação ao evento.

Morfossintaticamente, o Movimento com a Função Resumo se relaciona de forma independente do anterior. Cada Movimento tem sua autonomia sintática, sendo um encadeado após o outro sem dependência estrutural. Na ocorrência (04), por exemplo, o Movimento "**então** isso sugere que não devem ser aqueles grandes lustres de muita luz, não é?" não depende do Movimento anterior, do ponto de vista sintático, mas o toma, pragmaticamente, como suporte para estabelecer o resumo.

Como observado no capítulo anterior, a relação entre os Movimentos na relação conclusiva é codificada morfossintaticamente pelas formas *portanto* e *então.* Esses dois elementos são unidades gramaticais, visto que não podem ser modificados por elementos como "muito" ou clivados, como em (03a) e (03b), respectivamente:

(03a) **muito portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater.

(03b) **é portanto que** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater.

Além disso, a ordenação dos dois Movimentos é iconicamente motivada, já que o Movimento que expressa conclusão ocorre depois do Movimento que lhe dá suporte: um resumo pode ser feito somente depois de uma explanação. Veja-se a ocorrência (05), em que a conclusão do próprio Participante A, "portanto, o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar", na forma de um resumo, só pode ser estabelecida a partir de toda a explanação dos Movimentos anteriores:

(05) A eu, o Camilo, admiro o Camilo e bato-lhe palmas, na parte literária.
A na parte literária.
A na parte conjugal, marido e esposa, não gosto. não gosto, porque ele foi r[...], roubar uma mulher com quem vivia com outro marido. agora se a mulher fosse viúva, que ele esperasse que morresse o Manuel Pinheiro Alves como morreu muito cedo, e ele aguardasse - com certa incerteza, é claro - mas que aguardasse e que se unisse a ela, eu já não condenava. porque ela já era livre. agora ir buscar a mulher ao seio conjugal de outro homem que a amava, ou não saberia amar melhor, mas ele amava-a, já por isso casou com ela, eu acho que Camilo cometeu um grande erro. como ainda hoje muitos con[...], casais o fazem. casou a dona Ana Plácido com um homem que não, não tinha, eh, carinhos, que não sabia olhar para ela com olhos benévolos, olhos de, de, de amor, olhos de, de reverência até. mas, era o marido dela. ela tinha que ver isso antes de casar com ele. entrou na poça que gostava dele, então foi, gostou do dinheiro dele?
A ninguém sabe como é que isso foi.
A ah, mas i[...], isso... é mau.
A pode ter sido casada porque os pais a induziram a isso.
A sim. há casos desses. que é o, é o caso do "Amor de Perdição" com Teresa
A hum, hum, hum.
A a Teresinha
A a Teresa e s[...]
A com o primo
A com um primo. há casos desses, mas, se há casos desses ela tinha que reprovar os pais que a meteram nesse sarilho, e nunca o marido. o marido apenas foi saboreá-la porque gostava dela, dentro do matrimónio. eu penso assim.
A hum, hum.
A **portanto,** o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar. é um grande homem na parte das letras, porque deu vida a muitas novelas, a muitos contos, a muitas histórias que andavam por aí, eh, apagadas, aqui no Minho, e não só, mas aqui sobretudo, na parte... minhota, e ele deu-lhe vida. com personagens, avivou, impregnou certos movimentos

que a literatura alcançou outro tom que enriquece o património nacional das letras, suponho eu (PT97: AmoresCamilo).

Nota-se que o Falante descreve todo o comportamento de Camilo para depois então colocar, resumidamente, sua conclusão de que "portanto, o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar".

No Nível Fonológico, a Função Resumo ocorre na camada do Enunciado Fonológico[1]. Como observado, a GDF prevê uma relação estreita entre os níveis Interpessoal e Fonológico: os Movimentos correspondem, na maioria das vezes, a Enunciados Fonológicos. O exemplo (06), aqui retomado, mostra um caso de Função Resumo, que ocorre entre Movimentos:

(06) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?
A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*
B portanto *acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?*
A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Nesse exemplo, a conclusão "**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?", que resume toda a explanação do Participante A constitui um Movimento no Nível Interpessoal. No Nível Fonológico, esse Movimento corresponde a um Enunciado Fonológico. A unidade com a conjunção apresenta fronteiras precedentes bem definidas, delimitadas por pausa longa e contorno final descendente, expressando fechamento, como mostra a Figura 4.1, obtida pela aplicação do software Praat.

1. Como mostram os estudos de Hirst e Di Cristo (1998) e Anttila (2007), os contextos interno (do indivíduo, como a velocidade de fala, o gênero, o estilo) e externo (dimensão do constituinte prosódico, estrutura da sílaba) provocam uma gama de variações fonológicas que torna um desafio a tarefa de categorizar binariamente as estruturas fonológicas. Dessa forma, trata-se aqui das tendências que ocorrem no Nível Fonológico e explicam-se mais pormenorizadamente as exceções às generalizações que foram observadas.

Percebe-se nitidamente que a unidade que contém *portanto* forma um Enunciado Fonológico, demarcado por pausas longas e operador de queda global:
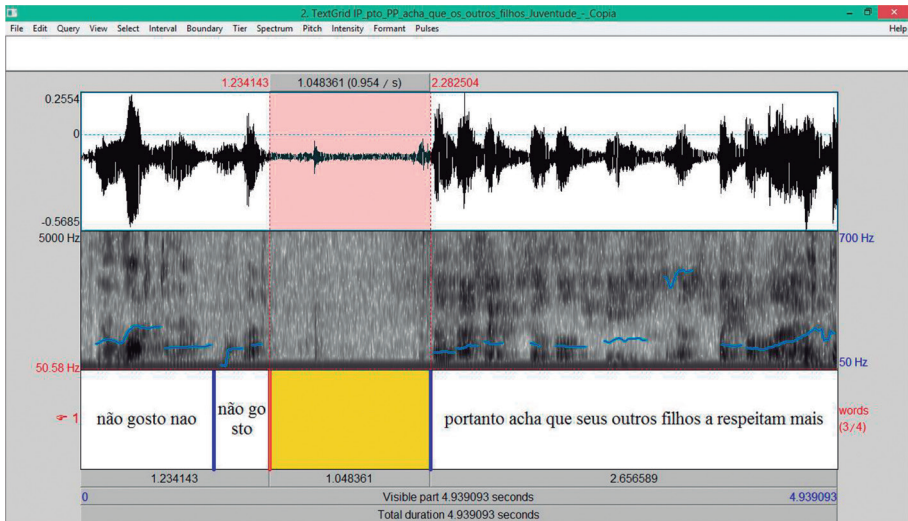
Figura 4.1 – Limites de Movimentos de A e B na Função Retórica Resumo

A figura mostra como o Enunciado Fonológico foi encerrado por A, fato perceptível pela produção de uma pausa longa, com duração de mais de um segundo, o que abriu espaço para a produção de um novo Enunciado Fonológico por B. O constituinte fonológico que contém a conclusão "**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?" revela um contorno entoacional marcado por pausas longas antecedentes e precedentes, além de tom global de queda brusca ao final do enunciado em sua totalidade.

Em todos os casos, independentemente de o Movimento que contém a conclusão ser expresso pelo próprio Participante ou pelo outro, na Função Resumo, a codificação fonológica ocorre na camada do Enunciado Fonológico, em estreita relação com o Nível Interpessoal.

4.2 Propriedades da Função Retórica Conclusão

Retome-se a ocorrência (07), que exemplifica um caso de Função Retórica Conclusão:

(07) B eh, politicamente, a Indonésia tem sempre arranjado estratégias ou, diplomaticamente, ela tem que jogar assim.
A hum, hum.
B mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. *e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental.* portanto *nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência.*
A pois. sabe uma coisa que eu acho curiosa, o, os indonésios viveram quatrocentos e cinquenta, os indonésios não, os timorenses (TL99:IdentidadePovo).

Essa relação, como já descrito, ocorre entre Atos Discursivos, que, por sua vez, compõem o Movimento. O Ato Discursivo é um constituinte do Movimento e é a menor unidade do comportamento comunicativo. Na ocorrência (07), o Falante expressa a conclusão por meio do Ato Subsidiário "portanto nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência".

O Ato Discursivo caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional. O final dessas duas unidades é marcado por meios prosódicos, como a pausa, que, apesar de não ser um elemento da gramática, é indiretamente afetada por ela. Internamente, têm suas delimitações asseguradas fonologicamente por operadores de subida (r) e de queda (f). Essas duas unidades linguísticas são fundamentais para compreensão da relação conclusiva. Descreve-se aqui a Ilocução de dois Atos que compõem a Função Retórica Conclusão, enquanto o contorno prosódico será tratado no Nível Fonológico.

Na Função Conclusão, a Ilocução do Ato que expressa a premissa deve ser, em todos os casos, declarativa, já que, como afirmam Lopes et al. (2001), a premissa expressa é sempre uma certeza do Falante, funcionando como evidência que legitima a asserção da conclusão: é porque sabe P que o Falante deduz Q. As autoras consideram que a conclusão obtida a partir da premissa também deve ter Ilocução Declarativa, já que o Falante expressa uma conclusão com base em uma inferência.

De fato, no *corpus*, o Ato que exprime a premissa tem sempre Ilocução Declarativa. O Ato que contém a conclusão, no entanto, além da Ilocução Declarativa, em sua maioria, pode ter também Ilocução Admoestativa[2], como em (08), aqui retomado:

(08) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
B claro.
A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
B exactamente.
A ***portanto**, eles que não venham com essas desculpas.* agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal (PT97:DesportoDinheiro).

Em (08), o Falante, ao estabelecer uma conclusão baseada em uma premissa ("eles ganham em um ano mais dinheiro do que os operários ganham a vida toda; quem ganha bem, não deve reclamar, portanto não deve dar desculpas"), expressa, por meio de uma Ilocução Admoestativa, sua intenção de chamar a atenção dos jogadores que justificam venderem-se por causa do curto período que podem trabalhar e ganhar dinheiro. Casos assim constituem minoria no *corpus*, mas mostram uma possibilidade até então não mencionada pelos estudos mais recentes. Efetivamente, o Ato que contém a premissa deve ter Ilocução Declarativa, mas o Ato que contém a Conclusão pode ter outras Ilocuções.

Assim como na Função Resumo, o Ato que contém a conclusão corresponde, no Nível Representacional, a um Conteúdo Proposicional, como mostra (07), em que "portanto nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência" explicita a atitude proposicional do Falante em relação ao conteúdo.

2. Na Ilocução Admoestativa, o Falante repreende/adverte o Ouvinte por realizar a situação evocada pelo Conteúdo.

Morfossintaticamente, assim como na Função Resumo, a Função Conclusão, formulada no Nível Interpessoal, é codificada morfossintaticamente pelas conjunções gramaticais *portanto* e *então* na língua portuguesa.

Ainda no Nível Morfossintático, cada Ato Discursivo corresponde a uma Oração, e as duas Orações que compõem a relação conclusiva formam uma única Expressão Linguística. Como observado, em uma Expressão Linguística, as Orações podem combinar-se de diferentes maneiras: mutuamente dependentes (Equiordenação); apenas uma unidade dependente (Cossubordinação) ou duas unidades dependentes (Coordenação).

A maioria dos gramáticos considera que a relação conclusiva é um caso de Coordenação, ou seja, as Orações que compõem a Expressão Linguística são independentes, sem que uma seja constituinte da outra. Essa classificação é confirmada neste trabalho, como se pode observar na ocorrência (09), retomada aqui, um exemplo de Função Conclusão:

(09) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. **portanto** esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é?
B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
B eh, é também cansativo, não é,
B bastante. em Janeiro descansa-se.

A Expressão Linguística "diz que vende artigos de... decoração. decoração. portanto esta época agora é uma época de grande ocupação para si" é formada por duas Orações morfossintaticamente independentes. Nessa Expressão Linguística, as Orações 1 e 2 encontram-se relacionadas: a primeira, uma oração independente, e a segunda, que contém a conclusão, também independente da primeira, configurando, assim, um caso de Coordenação. No entanto, pragmaticamente, há dependência da segunda oração, que toma a primeira como base, o que explica a oscilação na classificação da relação conclusiva e o motivo de alguns autores afirmarem haver dependência semântica, mas não sintática. Postula-se aqui que seja uma dependência pragmática, ligada à intenção do Falante de apresentar premissas que encaminham para uma conclusão.

Da mesma forma que na Função Resumo, quanto à ordenação dos constituintes morfossintáticos, a unidade linguística que contém a conclusão é sempre posposta, obedecendo também ao princípio de iconicidade:

a Conclusão é precedida por uma premissa, como se verifica em (09), caso em que o Falante só pode concluir que "a época é de grande ocupação" em razão de ter, primeiramente, expresso a premissa "você vende artigos de decoração".

No Nível Fonológico, a relação conclusiva ocorre entre Frases Entonacionais, que correspondem a Atos Discursivos no Nível Interpessoal e a Orações no Nível Morfossintático, mostrando o alinhamento desses níveis. Entre as Frases Entoacionais, na maioria das vezes, há mudanças prosódicas bruscas como as que marcam a relação entre Enunciados Fonológicos, mas que se diferenciam desses casos pelo fato de haver, na fronteira entre as essas frases, um operador de subida global (f), formando uma curva entoacional ascendente que expressa que o Falante não encerrou um Movimento, como mostra a Figura 4.2, referente à ocorrência (08):
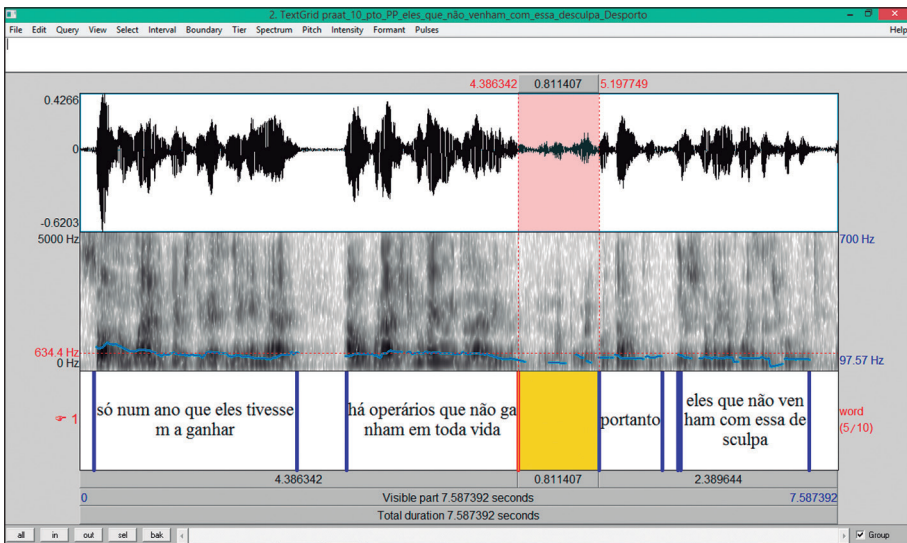
Figura 4.2 – Frases Entonacionais em Função Retórica Conclusão: presença de pausa nas fronteiras

Ao final da Frase Fonológica "há operários que não ganham em toda vida", ocorre uma pausa de duração média, mas o contorno entoacional é ascendente, indicando que o Falante não irá interromper o Movimento. Esse é o padrão fonológico predominante na Função Retórica Conclusão.

No entanto, existem casos em que não há pausa delimitando as fronteiras, como mostram a ocorrência que contém um trecho de (10) e a respectiva imagem acústica na Figura 4.3:

(10) A mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.
B *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram*. **portanto** automaticamente está viciada.
A pois está (PT95:VidaEstudante).

Figura 4.3 – Frases Entonacionais na Função Conclusão: ausência de pausa nas fronteiras

Nesse caso, entre as duas Frases Entonacionais [essa nota da frequência é dada p[...], na então no sítio onde eles frequentaram] e [**portanto** automaticamente está viciada], não há mudança brusca no limite entre as Frases Entoacionais, mas uma fronteira com tom de continuidade que indica o final do contorno na primeira Frase. Assim, essas duas unidades linguísticas encontram-se integradas fonologicamente pela presença do tom de continuidade. Cada Ato tem seu contorno entonacional e a primeira Frase termina com operador global de subida na fronteira e tom de continuidade, com mudança na tessitura. Anttila (2007) alega que fatores internos, como velocidade de voz, estilo, atitude do Falante etc., podem provocar a variação no Nível Fonológico, o que parece ser o caso da Falante dessa ocorrência, que se mostra

bastante irritada com a situação que descreve e aumenta a velocidade da fala durante alguns pontos do inquérito.

Para melhor explicitar essa discussão, é necessário tratar da pausa, elemento fonético, e da entoação, elemento fonológico. O Componente de Saída traduz a informação digital (em número limitado, definida de forma opositiva) em forma analógica (em quantidade variável). Como descrito, as estruturas nos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, que, por sua vez, são traduzidas foneticamente no Componente de Saída em frequência dos formantes, intensidade, duração e características espectrais. Um fato fonético de duração é a pausa que delimita Enunciados e Frases Entonacionais.

Cruttenden (1986) considera que a pausa é um fenômeno do sistema linguístico que pode instaurar significação, ao apontar os limites de um constituinte em uma unidade discursiva. Funciona, dessa forma, como pista daquilo que o Falante pretende que se compreenda, por exemplo, a junção ou separação entre constituintes, como em (11), com marcações de Frases Entonacionais (IP) e Enunciados Fonológicos (U) apenas para fins de ilustração:

(11) [[o fundo da piscina deu defeito]IP [tiveram que esvaziar] IP [e pi... e pintar] IP [e limpar]IP]U [[aí perceberam que estava toda quebrada] IP [**então** resolveram tirar] IP [porque a piscina natural é toda de pedra] IP] U [[**então** resolveram tirar aquelas pedras e botar um cimento]IP]U [[quando começaram a a tirar a parte a parte externa] IP [começaram a perceber que tinham mais pedras para dentro] IP [todas eh manuseadas] IP]U(Bra- Fazenda)

Nesse caso, há repetição parcial da estrutura sintática que contém *então*, mas se diferencia no tocante à prosódia, especificamente quanto à pausa e ao tom de fronteira. Na primeira ocorrência, *então* relaciona duas Frases Entoacionais, sendo a fronteira marcada por pausa breve e o final da primeira IP com tom de fronteira ascendente localizada na última palavra, indicado continuidade; na segunda, *então* inicia novo Enunciado, precedido de pausa mais longa; o primeiro Enunciado apresenta queda profunda na última palavra, com tom final de fronteira, indicando encerramento.

Cagliari (1993) considera que, ao produzir determinadas pausas e tons de fronteira, o falante constrói um grupo entonacional como uma ordem significante em seu dizer, com pistas do que pretende que seu ouvinte compreenda. Dessa forma, no exemplo anterior, o Falante intenciona que o Ouvinte perceba que ele pretende vincular de forma prosodicamente integrada os Atos "aí

perceberam que estava toda quebrada" e "então resolveram tirar"; por outro lado, quanto aos Atos "porque a piscina natural é toda de pedra" e "então resolveram tirar aquelas pedras e botar um cimento", o Falante separa prosodicamente os constituintes, por meio de pausa mais longa. Desse modo, a organização prosódica dos constituintes revela que o uso de fenômenos acústicos reflete intenções comunicativas, assim como estruturas semânticas e morfossintáticas.

Silva (2002) também apresenta argumentação que corrobora Cruttenden (*op. cit.*), ao afirmar que, em determinadas estruturas, o Falante realiza pausas para criar grupos entonacionais com o objetivo de pôr em destaque unidades de informação, por exemplo, o caso de adjuntos adverbiais que constituem uma Frase Entoacional. Essa delimitação marcada pela pausa não ocorre em qualquer ponto dos constituintes, mas em lugares previstos, em consonância com a hipótese de Cruttenden; caso contrário, poderiam soar como ponto de hesitação. De acordo com a GDF, o Ouvinte, tendo em vista que usa seus conhecimentos linguísticos, não interpretará as pausas mais longas como hesitações (Hayes, 1989, p.219, apud Hengeveld; Mackenzie, 2008) e fará a interpretação adequada.

Tenani (2002) afirma que a pausa é delimitadora de constituintes, porém não necessariamente. Segundo a autora, quando não se tem a pausa entre as Frases Entonacionais, por exemplo, a delimitação pode se realizar por meio da mudança de tessitura ou ainda pela queda ou subida brusca e profunda da Frequência Fundamental em relação à linha de base da altura utilizada pelo falante. Dessa forma, essas duas possibilidades prosódicas podem delimitar as unidades linguísticas que formam a oração com a Função Conclusão, pois os dados revelam que pode ou não haver uma pausa média ou curta.

Assim como a GDF propõe, a caracterização da entoação é considerada por vários autores como importante para a determinação de domínios prosódicos no português (Frota, 2000; Frota; Vigário, 2000; Tenani, 2002).

Vários podem ser os correlatos indicativos de fronteira prosódica, como o alongamento silábico pré-fronteira, o movimento tonal e a pausa, a depender da língua em análise (Nespor; Vogel, 1986; Frota; Vigário, 2000; Tenani, 2002). Cooper e Paccia-Cooper (1980), considerando a escala prosódica de Nespor e Vogel (1986), afirmam que, quanto mais alto o constituinte em dada hierarquia, mais robustas serão as pistas que delimitam suas fronteiras.

Ao comparar as Funções Resumo e Conclusão, verifica-se este fato: na primeira, a relação conclusiva que se realiza entre Movimentos no Nível Interpessoal, há mais fenômenos prosódicos nas fronteiras dos constituintes (pausa longa, alongamento de sílabas, mudança brusca na tessitura), enquanto

na segunda, que ocorre também no Nível Interpessoal, mas na camada dos Atos Discursivos, as pausas são mais curtas e a mudança na tessitura é mais suave[3], evidenciando a presença de pistas mais robustas para a Função que está na camada mais alta.

Dessa forma, a codificação fonológica é responsável por marcar prosodicamente as fronteiras dos constituintes, exprimindo um reflexo da formulação na codificação, no caso, nas camadas do Enunciado Fonológico e da Frase Entonacional.

A respeito do contorno entonacional dos Atos Discursivos, Hannay e Kroon (2005, p.99) discutem a não correspondência exata entre Atos Discursivos e unidades sintáticas e propõem a relação entre Atos Discursivos e unidades prosódicas/ortográficas. Resumidamente, o que os autores mostram é que há determinadas construções, como em (12) e (13), que podem ser segmentadas de forma diferente consoante se aplica uma análise sintática ou a análise a partir de Atos. Como afirmam os autores, ocorre uma ruptura da estrutura gramatical da oração, com segmentações inesperadas, do ponto de vista sintático, como mostram os exemplos.

(12) *Last year I was robbed # by a six year old.*
No ano passado eu fui roubado # por uma criança de seis anos. (Hannay; Kroon, 2005, p.100)

(13) *He killed his wife. With a knife.*
Ele matou sua esposa. Com uma faca. (Hannay; Kroon, 2005, p.100)

Para eles, ambas as estruturas constituem uma oração, mas são registradas como duas unidades separadas no discurso, formando, assim, dois Atos, fato perceptível a partir da informação prosódica de pausa (#), em (12), ou pela pontuação em (13), o que leva os autores a concluírem que há correspondência mais estreita entre estrutura prosódica/ortográfica e a estrutura do Ato do que entre a estrutura sintática e a estrutura do Ato.

Uma distinção interessante que os autores propõem é entre atos conceituais, que atuam como ideias ou como argumentos, e atos estratégicos, que são estratégias comunicativas, tipos diferentes de organização do discurso,

3. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), são elementos gramaticais apenas os aspectos fonológicos (operadores de queda e altura); os aspectos fonéticos (frequência fundamental e pausa) constituem elementos do Componente de Saída, estando, portanto, fora da gramática. Assim, o que caracteriza a delimitação das camadas são os operadores de subida ou queda, realizados nas fronteiras entre Enunciados ou Frases Entonacionais, porém os demais aspectos são indiretamente afetados pela gramática, sendo então validados na análise.

correspondentes a dois módulos diferentes em modelos funcionalistas (Hannay; Kroon, 2005, p.103).

Os Atos, como estratégias usadas pelo Falante, podem ser planejados para atingir propósitos comunicativos. Segundo os autores, nesse planejamento pode-se optar por apresentar uma ideia em uma etapa ou mais, como em (12) e (13), marcadas as separações por meio prosódico ou pontuação. Pretendem mostrar que não há isomorfia entre sintaxe e entonação, e assim afirmam que, no discurso da língua inglesa, a organização estratégica do Ato é mais fortemente refletida na prosódia do que na estrutura sintática.

O Falante expressa prosodicamente a conclusão em uma Frase Entonacional, na maioria dos casos, como em (10), aqui retomada:

(10) A mas mesmo assim, como a classificação – que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.
B claro.
A *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram*. **portanto** automaticamente está viciada.
B pois está (PT95:VidaEstudante).

A Frase Entonacional com a conclusão [portanto automaticamente está viciada] corresponde, no Nível Interpessoal, a um único Ato Discursivo, já que o tom final de fronteira só ocorre no encerramento do Ato. Entre *portanto* e o elemento subsequente não há pausa. A Figura 4.4 permite visualizar essas propriedades.

Observa-se que não há separação prosódica entre a conjunção e o elemento subsequente, já que a adjacência vocálica de [u], ao final de *portanto*, e [a], no início de *automaticamente*, provoca ditongação[4] nas fronteiras desses dois elementos, o que indica a juntura entre os elementos adjacentes: ([puɾtɐ̃tu-automaticamente]. A realização fonética de *portanto* nesse caso é [puɾtɐ̃tu], sem redução de massa fônica.

Essa é a estrutura fonológica padrão da unidade que introduz a Função Conclusão. No entanto, há ocorrências de Função Conclusão com configuração prosódica diferente, como em (08), retomada:

(08) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jo-

4. Em estudos do português europeu, Frota (2009) e Vigário (2010) afirmam que esse tipo de fenômeno demonstra a formação dos constituintes de uma Frase Entoacional.

gadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.

B claro.

A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.

B exactamente.

A portanto, *eles que não venham com essas desculpas*. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal (PT97:DesportoDinheiro).

Nesse caso, há dois Atos (A1: "portanto" e A2: "eles que não venham com essas desculpas") em que o primeiro é formado apenas pela conjunção *portanto*, compondo, no Nível Fonológico, uma Frase Entoacional, com seu próprio contorno entoacional e tom de fronteira de continuidade. A Frase Entoacional [*portanto*] é marcada por alongamento silábico, o que a torna extensa em relação à outra Frase Entonacional, apesar de ser constituída de uma única Palavra Fonológica, como mostram as figuras a seguir. Há que se destacar que a realização fonética sem qualquer redução indica, mais uma vez, o destaque prosódico dessa unidade linguística. As figuras mostram a realização prosódica do trecho "portanto, eles que não venham com essas desculpas". A Figura 4.4 mostra a duração de cada Frase Entonacional ("portanto" e "eles que não venham como essa desculpa") e da pausa que as separa:
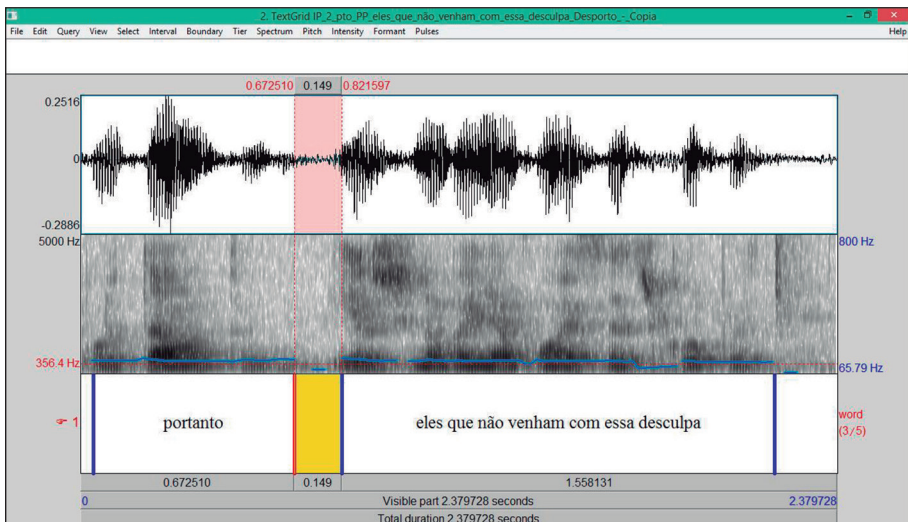
Figura 4.4 – Duração das pausas entre Frases Entonacionais na Função Conclusão

Observa-se que a primeira Frase Entonacional, apesar de composta por apenas um Sintagma Fonológico, tem duração muito próxima da Frase seguinte, composta por um número maior de Sintagmas. Essa organização prosódica dá à Frase Entonacional com *portanto* o mesmo estatuto da Frase Entoacional seguinte. Pragmaticamente, pode-se explicar esse fato pela intenção do Falante de querer atribuir a esse constituinte um papel específico: enfatizar claramente que irá fazer uma conclusão a partir do que disse anteriormente, de forma a chamar a atenção do ouvinte para o conteúdo que será declarado.

Casos assim mostram a não isomorfia entre Atos e Frase Entonacional. A codificação fonológica interpretará esse estatuto dado à conjunção como instrução para dar contorno entonacional próprio, possibilitando a produção de duas Frases Entonacionais: a que contém a conjunção deve ter contorno ascendente, e a seguinte, contorno descendente, com operador de queda.

Segundo a análise de Nespor e Vogel (1986)[5], as regras básicas de formulação baseiam-se no fato de que a Frase Entonacional é o domínio de um contorno entoacional cujas fronteiras coincidem com a posição na qual as pausas podem ser introduzidas (Nespor; Vogel 1986, p.188), ponto de vista adotado pela GDF. Frotta (2000) considera que há várias estruturas sintáticas que coincidem com a formação de Frases Entonacionais, independentes, no caso de elementos estruturalmente externos à frase, como estruturas parentéticas, orações explicativas, vocativos e *tags*, caso em que não se enquadra a relação conclusiva. Excetuando esses casos, a autora afirma que Frases Entonacionais longas tendem a ser divididas, e Frases Entonacionais pequenas podem formar um domínio com outra Frase Entonacional adjacente (Frota, 2000). Frota e Vigário (2003, p.172) assinalam que, além disso, uma velocidade de fala mais rápida não favorece a divisão.

Como o Falante, nesse caso, faz uma longa pausa antes da Frase Entonacional [portanto], é possível que a relação se dê entre três Frases Entonacionais: (i) [a produção de "mas esse", "com essa", "essa passagem que eles têm", "só num ano que eles estivessem a ganhar", "há operários que não ganham em toda a vida"], (ii) ["portanto"] e (iii) ["eles que não venham com essas desculpas"], formando, assim, um Enunciado Fonológico.

Hannay e Kroon (2005), a respeito de formação de unidades prosódicas, assim como previsto por Selkirk (1984), admitem que uma unidade entoacional pode ser segmentada por causa de fatores como a extensão do constituinte, porém consi-

5. Na teoria de Nespor e Vogel (1986), as nomenclaturas e as siglas usadas são diferentes das adotadas pela GDF: a GDF usa Enunciados Fonológicos (U) e Frases Entoacionais (IP), enquanto as autoras utilizam Enunciados Fonológicos (U) e Sintagmas Entoacionais (I). Adotamos aqui a terminologia da GDF.

deram que é uma decisão do Falante separar um Ato, independentemente de fatores fonológicos, e que a intenção do Falante seria mostrar o que está em foco no momento da produção do texto. Para eles, o Falante aciona um padrão entoacional que, organizado em duas estruturas, promove sentido diferente daquele apresentado em uma etapa, de forma integrada. Assim, o Falante intensifica a função do elemento destacado prosodicamente, no caso do exemplo (08), o Ato formado por *portanto*.

Dessa forma, o elemento que fica separado prosodicamente ganha destaque no que tange ao restante do enunciado, equiparando o elemento destacado ao seguinte, conseguindo atrair a atenção do ouvinte para o elemento específico e preparando-o para o que vem posteriormente.

Casos assim constituíram exceção no *corpus*, mas servem para evidenciar como intenções comunicativas formuladas no Nível Interpessoal são refletidas no Nível Fonológico.

4.3 Propriedades da Função Semântica Consequência

Como descrito no capítulo anterior, o subtipo de relação conclusiva Função Semântica Consequência ocorre no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. O Nível Representacional trata das unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica, tanto no que diz respeito ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico quanto aos significados de unidades lexicais e unidades complexas. O Conteúdo Proposicional, como observado, é um construto mental (crenças, desejos) que pode se caracterizar pelo fato de ser qualificado em termos de suas atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) em relação ao evento ou em termos de sua fonte ou origem do conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

Considere-se o exemplo (14), a seguir:

(14) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede atualmente é tida como mal-assombrada. **então**, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente (BRA 80-Fazenda).

No Nível Interpessoal, há dois Atos relacionados: "mas essa sede atualmente é tida como mal-assombrada" e "**então [...]** nós não temos muita vontade de ficar

nela". No entanto, como já demonstrado, a relação não se estabelece entre os Atos, mas entre os Conteúdos Proposicionais "ser tida como mal assombrada" e "não ter vontade de ficar nela". Os dois Atos correspondem a dois Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, e é entre os dois que o Falante estabelece a relação semântica.

Uma propriedade dessa Função é que, contrariamente às anteriores, não ocorrem Atos Interativos após a oração que expressa a consequência, pois, ao estabelecer a relação entre Conteúdos Proposicionais considerados verdadeiros, o Falante exclui a possibilidade de questionamentos por parte do Ouvinte. Por vezes, seguem expressões que correspondem a Modificadores que asseveram a informação dada, como em (12), em que o Ato Discursivo "isso é evidente" mostra que o Falante não tem dúvida alguma da relação conclusiva que ele estabelece entre as duas orações, por isso dispensa a confirmação do Ouvinte.

Morfossintaticamente, assim como nos demais subtipos de relação conclusiva, a Função Consequência é codificada pelas conjunções *portanto* e *então.* Além disso, assim como na Função Conclusão, ocorre na camada da Expressão Linguística. Cada um dos Conteúdos Proposicionais correspondem, no Nível Morfossintático, a uma Oração, e as duas Orações compõem a Expressão Linguística, sendo a segunda dependente da primeira.

Na Expressão Linguística, a primeira Oração é morfossintaticamente independente, mas a segunda não, como mostra (15):

(15) A eh, havia aqui uma base... alemã, não era?
B sim, a base, eh, número onze.
A hum, hum.
B agora
A e acabou?
B acabou. agora é portuguesa.
A hum, hum.
B é... sim.
A e isso trouxe, acha que isso trouxe uma grande, o que é que essa base, dava alguma vida especial a Beja?
A sim, eh, dava. dava, sim, sim. e, a alemã, prontos, eles, eh, tinham, eh, uma parte aqui de, das... vivendas e assim, que eles eram muito cuidadosos. **portanto** tinham tudo impecável. eles não se importavam de se levantar às oito, ou às, às sete da manhã, eles limpavam aquilo tudo, porque têm muito, muito verde, que é mesmo, aqui o bairro alemão (PT97:BaseMilitar).

A Oração 1 ("que eles eram muito cuidadosos") e a Oração 2 ("portanto tinham tudo impecável") encontram-se relacionadas, a primeira de forma independente, e a segunda, dependente da primeira, configurando, assim, um caso de Cossubordinação, com dependência unilateral da oração conclusiva, que, por si só, não forma uma unidade linguística completa. Como se percebe, esse fato pode explicar a oscilação na classificação da relação conclusiva quanto aos processos de articulação textual, visto que, no caso da Função Conclusão, há o processo de Coordenação, com duas orações independentes, enquanto na Função Consequência trata-se de Cossubordinação, com dependência unilateral.

Na Função Consequência, assim como nas demais aqui tratadas, a unidade linguística com a conclusão está sempre posposta, em consonância com o princípio de iconicidade: a Consequência segue a causa. No exemplo (13), o fato de os alemães terem tudo impecável é a consequência de eles serem muito cuidadosos.

No Nível Fonológico, a Função Consequência ocorre entre Frases Entonacionais, que correspondem a Atos no Nível Interpessoal e a Orações no Nível Morfossintático, novamente mostrando o alinhamento desses níveis.

De forma semelhante à Função Conclusão, a Função Consequência não apresenta mudanças bruscas nas fronteiras entre as Frases Entoacionais e tem um operador de subida global, expressando continuidade, porém a pausa entre as Frases Entoacionais, quando ocorre, é mais breve, como mostra a ocorrência que contém um trecho de (15) e a respectiva imagem acústica na Figura 4.5:
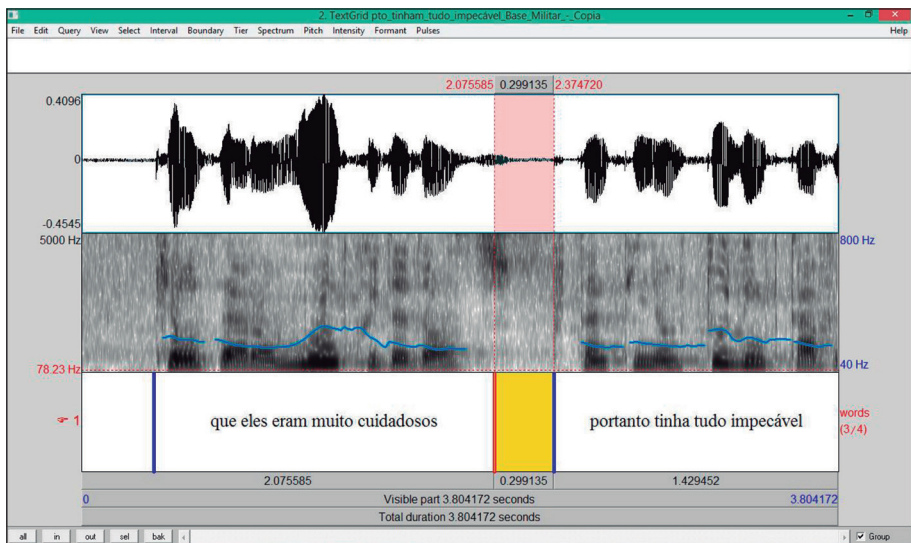
Figura 4.5 – Frases Entonacionais na Função Consequência: extensão da pausa

Entre as duas Frases Entonacionais, [que eles eram muito cuidadosos] e [portanto tinham tudo impecável], há uma pausa breve, com duração de menos de três milésimos de segundos, e uma fronteira com tom de continuidade que indica o final do contorno na primeira Frase Entoacional, sinalizando que haverá outro Ato Discursivo na sequência. As duas Frases Entoacionais encontram-se mais integradas fonologicamente do que no caso da Função Conclusão. Isso mostra que, quanto mais se sobe em relação às camadas do Nível Interpessoal, mais frouxa é a relação entre as orações, com impacto no Nível Fonológico.[6]

Essas propriedades caracterizam a relação conclusiva Consequência na maioria dos casos, mas, assim como na Função Conclusão, há ocorrências sem pausa nas fronteiras, motivadas por fatores internos ao Falante, como velocidade de voz, estilo, atitude do Falante etc., e apresentam uma variação, o que novamente corrobora os estudos de Hirst e Di Cristo (1998) e Anttila (2007).

Como pode ser observado, uma primeira distinção entre os três tipos de relação conclusiva ocorre na Formulação, pois se dão em níveis e camadas diferentes. Quanto à Codificação, nos três casos há algumas propriedades similares, como o fato de se realizar por meio das mesmas conjunções (*portanto* e *então*) e obedecerem ao princípio da iconicidade (a conclusão é sempre posterior), mas há também diferenças nas propriedades, por exemplo, quanto aos processos de articulação e aos fenômenos fonéticos e fonológicos envolvidos.

Dessa forma, este estudo contribui tanto para esclarecer a definição de relação conclusiva como para descrever e explicar as propriedades dessa relação linguística.

6. Foneticamente, no português de Portugal, há ainda uma redução do elemento *portanto*, que se realiza como [ptɐ̃tu], em todos os casos de relação conclusiva Consequência.

Considerações finais

Como resultado propiciado pelo modelo teórico da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008), observa-se que é possível uma análise mais pormenorizada de como as estruturas gramaticais são executadas dinamicamente na interação verbal, partindo dos processos de formulação até a expressão linguística propriamente dita. Verifica-se assim que, embora haja sempre uma implicação resultativa, há motivações pragmáticas e semânticas para a construção da relação conclusiva, que apontam três nuanças, denominadas juntas de relação conclusiva: o resultado de uma causa, o de uma inferência, e a síntese de todo o discurso anterior.

Em outras palavras, este estudo revela três diferentes tipos de relação conclusiva: uma que ocorre entre porções textuais maiores, para sintetizar uma explanação anterior, aqui denominada Função Resumo; outra, que relaciona indiretamente duas orações por meio de uma premissa, denominada Função Conclusão; e uma terceira, que também ocorre entre orações, mas sem uma premissa, a que chamamos Função Consequência. Essas diferentes funções são estabelecidas em diferentes níveis e camadas.

A Função Resumo se aplica a uma expressão linguística que, em termos de seu estatuto interpessoal, é identificada como uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento, sendo ou desencadeando uma reação. Esse tipo de expressão linguística representa a camada mais alta do Nível Interpessoal, a do Movimento. Assim, Resumo é a função Interativa que ocorre entre o texto e sua síntese, no Nível Interpessoal, entre Movimentos.

A Função Conclusão se aplica a uma expressão linguística que representa a menor unidade do comportamento comunicativo. Tais expressões constituem Atos Discursivos que compõem um Movimento. Dessa forma, Conclusão é a função Retórica, que ocorre entre uma premissa e uma conclusão, no Nível Interpessoal, entre Atos Discursivos.

Já a Função Consequência se aplica a uma expressão linguística que representa a camada mais alta do Nível Representacional, a do Conteúdo Proposicional, que constitui uma entidade de terceira ordem. Desse modo, Consequência é a função semântica, que ocorre, no Nível Representacional, entre uma causa, expressa num Conteúdo Proposicional ou num Estado-de-coisas, e sua consequência, expressa num Conteúdo Proposicional.

Os três subtipos apresentam diferenças também no processo de codificação. Morfossintaticamente, a Oração com a função Resumo encadeia Expressões Linguísticas, dentro da camada do Texto, conforme proposta de Stassi-Sé (2012).

A Oração com a função Conclusão, por outro lado, relaciona-se com outra Oração, dentro da Expressão Linguística, por meio do processo de coordenação, que combina orações independentes. A Oração com a função Consequência, por sua vez, relaciona-se com outra Oração via o processo de Cossubordinação, já que há a combinação de uma oração dependente, a que traz a Consequência, com uma oração independente.

No Nível Fonológico, há, na maioria dos casos, uma codificação diferente para cada função: i) pausa longa entre o Enunciado Fonológico, com a Função Resumo, e o Enunciado Fonológico nuclear, além de tom final de fronteira e o operador de queda; ii) pausa breve entre a Frase Entoacional com a função Conclusão e a Frase Entoacional nuclear, que apresenta tom de fronteira de continuidade no seu final; iii) pausa mais breve ainda entre a Frase Entoacional com a função Consequência e a Frase Entoacional nuclear, que também traz fronteira de continuidade no seu final.

O Quadro 4.1 resume a relação entre os níveis de formulação e codificação. A Função Resumo, formulada como Movimento no Nível Interpessoal e como Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como um Texto e fonologicamente como um Enunciado Fonológico. A Função Conclusão, elaborada no Nível Interpessoal como Ato Discursivo e como Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como Expressão Linguística e fonologicamente como Frase Entoacional. Por fim, a Função Consequência, formulada como Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, é codificada morfossintaticamente como Expressão Linguística e, fonologicamente, como Frase Entoacional.

Quadro 4.1 – Propriedades da relação conclusiva

Função		*Resumo*	*Conclusão*	*Consequência*
NI	*Camada*	Movimento	Ato	Conteúdo Comunicado
	Função	Interativa	Retórica	-
NR	*Camada*	Conteúdo Proposicional	Conteúdo Proposicional	Conteúdo Proposicional
	Função	-	-	Semântica
NM	*Camada*	Texto	Expressão Linguística	Expressão Linguística
	Processo	Encadeamento	Coordenação	Cossubordinação
NF	*Camada*	Enunciado Fonológico	Frase Entoacional	Frase Entoacional
	Marcação	Pausa longa	Pausa média	Pausa curta

O estudo da relação conclusiva evidencia que a interação entre os vários níveis do Componente Gramatical propicia fundamentos para explicar de forma adequada a relação linguística de conclusão. Os três subtipos compartilham a propriedade de implicação resultativa, o que justifica considerar todas como conclusivas, mas também propriedades distintivas, permitindo caracterizá-los separadamente.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que os três tipos de relação conclusiva são prototipicamente codificados pelas mesmas formas – *então* e *portanto* –, mostrando que a conjunção conclusiva *logo*, considerada a mais prototípica, na verdade, está em desuso na modalidade falada do português, conforme já apontaram alguns autores como Pezatti (2002), Oliveira (2011) e Alves (2013).

Não há, no entanto, distinção quanto ao uso das formas *então* e *portanto*, o que revela a opacidade na codificação morfossintática da relação conclusiva, já que diferentes formas estabelecem as mesmas funções. Desse modo, a relação conclusiva não obedece ao princípio da transparência, que prediz uma relação biunívoca entre função e forma (cf. Kusters, 2003; Hengeveld, 2011).

Sabe-se, contudo, que, muitas vezes, a forma linguística não oferece toda a informação necessária para esclarecer determinada relação entre elementos linguísticos. No caso da relação conclusiva, há uma cooperação entre capacidade linguística, cognição e raciocínio. A língua, como observado, explicita essas relações, mas nem sempre apenas pela expressão linguística. Abre-se, dessa forma, espaço para outras abordagens de análise, como um estudo de cunho interdisci-

plinar que envolva, dentre outras possíveis interfaces, psicologia e cognição, por exemplo, o que pode contribuir significativamente para explicitar com maior completude o complexo fenômeno da relação conclusiva.

Referências bibliográficas

ALVES, D. V. S. *Uma investigação funcionalista do MD então no estabelecimento de relações retóricas em elocuções formais do português.* 2013. 102f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

AMORIM, C.; SOUSA, C. *Gramática da língua portuguesa.* Lisboa: Areal, 2009.

ANTTILA, A. Variation and optionality. In: LACY, P. de. T*he Cambridge handbook of phonology.* Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p.519-536.

AZEREDO, M. O. et al. *Gramática prática do Português*: da comunicação à expressão. Lisboa: Lisboa Editora, 2009.

BARBOSA, J. S. *Gramática philosophica da língua portuguesa.* Lisboa: Academia Real da Ciências, 1881.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2009.

BLAKEMORE, D. *Re-visiting procedural meaning*: 'but', 'however' & 'nevertheless'. In: GURT, 2003. Apresentado na mesa-redonda sobre linguagens e linguística na universidade de Georgetown.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos linguísticos.* 8. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

BORGES, A. L. As conjunções coordenativas do português: uma análise baseada em livros didáticos. *Horizonte Científico*, Uberlândia, v.2, n.1, out. 2008.

BUTLER, C. S. *Structure and function*: a guide to three major structural-functional theories. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

CAGLIARI, L. C. Da importância prosódica de fatos gramaticais. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado.* Volume II: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.39-64.

CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse Tagging Reference Manual*. ISI Technical Report. ISITR-545, 2001.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do Português brasileiro.* São Paulo: Editora Contexto, 2010.

COOPER, W. E.; PACCIA-COOPER, J. *Syntax and speech.* Cambridge: Harvard University Press, 1980.

CRUTTENDEN, A. *Intonation.* London: Cambridge University Press, 1986.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.565-567.

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. *Descrição do Português*: abordagens funcionalistas (Araraquara), Série Encontros, ano XVI, n.1, 1999.

DEFENDI, C. M. *"Portanto, conclui-se que"*: processos de conclusão em textos argumentativos. São Paulo, 2013. 285f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*: The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____. *The Theory of Functional Grammar II*: Complex and derived constructions. Berlim: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje,* Porto Alegre, v.44, n.1, p.20-25, jan./mar. 2009.

FIGUEIREDO, O. E.; FIGUEIREDO, E. B. *Itinerário gramatical*: gramática do discurso e gramática da língua, ensino secundário. Lisboa: Porto Editora, 2009.

FONSECA, J. Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas. Universidade do Porto, *Revista da Faculdade de Letras*: *Línguas e Literaturas*, série II, v.11, p.7-64, 1994.

FROTA, S. *The intonational phonology of European Portuguese.* To appear in Sun--Ah Jun (ed.). Prosodic Typology II, Chapter 2. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P (Eds.) Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, v.1, p.533-555, Coimbra: APL, 2000.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual*: essays on face-to-face behavior. New York: Anchor Books, 1967.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In. COLE, P.; MORGAN, J. (Eds). *Studies in Syntax and Semantics III*: Speech Acts, New York: Academic Press, 1975. p.183-98.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação.* São Paulo: Pontes, 2001.

HANNAY, M.; KROON, C. Acts and the relationship between discourse and grammar. *Functions of Language*, v.12, p.87-124, 2005.

HENGEVELD, K. The architecture of a functional discourse grammar. In: MACKENZIE, L.; GONZÁLEZ, M. G (Ed.) *A new architecture for functional grammar.* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. (Functional gramar series, 24).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar*: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

______. Introduction: transparency in functional discourse grammar. In: HENGEVELD, K. *Linguistics in Amsterdam,* v.4, p.1-22, 2011a.

HIRST, D.; DI CRISTO, A. A survey of intonation systems. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. *Intonation systems*: a survey of twenty languages. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.1-44.

JUBRAN, C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do Português Falado.* v.3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

KOCH, I. G. V. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. *Gramática do português falado.* v.1. São Paulo: Edunicamp, 1990. p.83-98.

KOCH, I. G. V.; SILVA, M. C. P. *Linguística aplicada ao Português*: Sintaxe. São Paulo: Cortez, 2001.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar.* Nova York: Mounton de Gruyter, 1997. p.17-32.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática.* São Paulo: Ática, 1985.

KUSTERS, W. *Linguistic complexity*: the influence of social change on verbal inflection. Utrecht: LOT, 2003.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Revista Gragoatá*, Niterói, n.21, p.59-72, 2006.

LOPES, A. C. M. "Afinal": elementos para uma análise semântico-pragmática. Linguística, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.61-79, 2008.

LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N. B. As construções com "portanto" no português brasileiro e europeu. *Scripta,* Belo Horizonte, v.5, n.9, p.203-18, 2001.

MACKENZIE, L. A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional. *Revista Guavira Letras*, Três Lagoas, v.12, n.1, p.1-195, jan./jul. 2011.

______. The contextual component in a dialogic FDG. Pragmatics, 2014. No prelo.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso.* Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MARTELOTTA, M. E.; SILVA, L. R. Gramaticalização de "então". In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MIRA MATEUS, M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. *Gramática da língua portuguesa.* Coimbra: Almedina, 1986.

MORAIS, M. F. A. *Marcadores da estruturação textual*: elementos para a descrição do papel dos marcadores discursivos no processamento cognitivo do texto. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2006.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology.* Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. Alfa, São Paulo, v.29, p.59-65, 1985.

______. A gramaticalização e a articulação de orações. *Gel*, v.28, p.46-56, 1999.

______. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2010.

NOVAES, N. B. *Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português*: um estudo da forma "portanto". 2001. 198f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2001.

______. Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma "portanto". In: PEZATTI, E. G. (Org). *Pesquisas em gramática funcional*: descrição do português. São Paulo: UNESP, 2009. p.327-355.

NOVAES, N. B.; PEZATTI, E. G.; SPOSITO, C. C. As orações causais. In: PEZATTI, E. G. (Org.). *Construções subordinadas na lusofonia*: uma abordagem discursivo-funcional. Inédito.

OLIVEIRA, M. C. P. *A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos* – estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar. 2011. 330f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Porto, Porto, 2011.

PERES, J. A. Sobre conexões proposicionais em português. In: BRITO, A. M. et al. *Sentido que a vida faz*: estudos para Óscar Lopes. Porto: Campo das Letras, 1997. p.775-788.

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. v III

______.O advérbio "então" já se gramaticalizou como conjunção? *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada,* São Paulo, v.17, n.1, p.81-95, 2001.

______. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). *Gramática do português falado*. v.8. Campinas: Edunicamp, 2002. p.185-225.

______. *A ordem das palavras no português.* São Paulo: Parábola, 2014.

RISSO, M. S. O articulador discursivo "então". In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. *Gramática do português falado*, v.4. São Paulo: FAPESP; Campinas: Edunicamp, 1996.

______. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C .C. A; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil.* v.1. São Paulo: Edunicamp, 2006. p.427-496.

ROCHA LIMA, C. H. *Teoria da análise sintática*. Rio de Janeiro: Tupy, 1956.

SANTANA, L. *Relações de complementação no português brasileiro*: uma perspectiva discursivo-funcional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SARDINHA, L.; OLIVEIRA, L. *Gramática formativa do Português*. Porto: Didáctica, 2010.

SELKIRK, E. *Phonology and syntax*: the relation between sound and structure. Cambridge: MIT Press, 1984.

SELLA, A. F.; VARGAS JÚNIOR, H. H. A. *Uma avaliação das conjunções no livro didático de língua portuguesa direcionado ao ensino médio*. In: ENCONTRO CELSUL – CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6, 2004, Chapecó.

SILVA, M. C. F. Pausa em textos orais espontâneos e em textos falados. *Linguagem em (Dis)curso,* Tubarão, v.3, n.1, p.109-133, jul./dez. 2002.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance*: communication and cognition.2. ed. Cambridge: Blackwell, 1995.

______.Teoria da relevência. *Linguagem em (Dis)curso,* Tubarão, v.5, n.esp., p.221-268, 2005.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional.* 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2012.

SWEETSER, E. *From etimology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no Português do Brasil*: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. 2002. 317f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VIGÁRIO, M.; FROTA, S. The intonation of Standard and Northern European Portuguese: a comparative intonational phonology approach. *Journal of Portuguese Linguistics* 2-2 (Special issue on Portuguese Phonology edited by Wetzels), 2003.

ZENONE, A. Consecution sans contradiction: "donc", "par consequent", "alors", "ainsi", "aussi". *Cahiers de Linguistique Française*, v.5, p.189-214, 1983.

Sobre as autoras

Erotilde Goreti Pezatti é licenciada em Letras pela UNESP, mestre em Linguística pela PUC-Campinas, doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Concluiu, em 2005, pós-doutorado pela Universidade de Amsterdã e, em 2012, pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional de Lisboa, ambos em Gramática Discursivo-Funcional. Professora Assistente Doutor da UNESP/SJRP Preto atua na Graduação e na Pós-Graduação, na linha de pesquisa Descrição Funcional de Língua Oral e Escrita, desenvolvendo temas relacionados à ordenação de constituintes na sentença, articulação de orações, estrutura argumental e tipologia linguística. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, desde 1994, e líder do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), cadastrado no CNPq desde 2002. Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP/SJRP e Coordenadora da área de Linguística da FAPESP.

Norma Barbosa Novaes Marques é licenciada em Letras pela UNESP, especialista em Estudos Avançados em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, mestre em Estudos Linguísticos pela UNESP, doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP. Tem experiência docente e administrativa na Educação Básica e no Ensino Superior, nos níveis de graduação e pós-graduação. Atualmente é professora da área de Linguística e Língua Portuguesa na UNIESP, professora formadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (FNDE) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), cadastrado no CNPq desde 2002.